

EM TEMPO:

Periodico Nacional. Ano X. Fevereiro/ Março de 1987 Cz\$ 15,00. Nº 215

Moratória do governo não resolve a crise

(Págs. 2 e 3)

Governo castra soberania
da Constituinte

(Págs. 12 e 13)

CUT organiza nova greve geral

(Págs. 6 e 7)

A revolta dos jovens chineses

(Págs. 14 e 15)

Os limites da moratória de Sarney

A moratória decretada por Sarney foi mais um reconhecimento de uma impossibilidade técnica do que um ato de soberania de governo.

Lula foi ao centro da questão em seu discurso na Câmara dos Deputados, ao refutar o pretenso caráter de soberania através do qual o governo procurou revestir a decisão de suspender por prazo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa. “A moratória”, disse ele, “só é positiva quando representa uma posição de força do governo. Tenho dinheiro, mas não pago os juros porque são extorsivos”. Ao contrário, a moratória decretada por Sarney seria apenas “a falência, ou seja: não pago porque não posso”.

O Brasil pagou religiosamente nos últimos quatro anos 45 bilhões de dólares de juros. O governo Sarney, neste aspecto, não inovou em nada em relação aos governantes da ditadura. E a decisão de suspender ao pagamento dos juros agora deliberada é objetivamente o reconhecimento de uma situação de fato. Para continuar pagando pontualmente os juros da dívida, a balança comercial teria que gerar mensalmente um superávit da ordem de 800 milhões de dólares. Porém, os superávits comerciais dos últimos meses vinham sendo flagrantemente inferiores: o de janeiro, por



Lula no Congresso: colocando o dedo na ferida

exemplo, foi de apenas 145 milhões de dólares. A estimativa é que faltariam de 4 a 5 bilhões de dólares este ano para garantir o pagamento integral dos juros.

Esta é a primeira questão chave que é preciso resgatar: embora envolvida em uma retórica de soberania, a suspen-

são do pagamento dos juros é antes uma imposição da realidade. Esta compreensão é importante também em um outro sentido: o ato de suspensão não foi previamente preparado e o país se encontra fragilizado para enfrentar uma negociação com os credores internacionais em função da erosão

das reservas monetárias que houve no último período.

Comparação com 1982

O governo Sarney não tem sequer o mérito de reclamar para si o ineditismo da decisão. Em 1982, em meio a uma forte crise cambial, o governo Figueiredo também decidiu

pela “moratória técnica” e pela centralização do câmbio (que prevaleceu de agosto de 1983 a março de 1984). Mais ainda: a moratória técnica decretada pelo governo Figueiredo era mais ampla (não abarcava apenas o pagamento dos juros da dívida contraída com os credores privados) e a centralização do câmbio também (foi apenas instituído agora o controle cambial sobre as remessas de lucros e dividendos e o retorno do capital estrangeiro).

A continuidade da moratória técnica decretada pelo governo Figueiredo foi a submissão ao FMI e a opção por uma política recessiva e de arrocho salarial, como forma de obter saldos comerciais ampliados para pagar os juros da dívida. De lá para cá, nem se amortizou o principal da dívida (que foi seguidamente negociado) e praticamente não entraram mais empréstimos novos no país.

A moratória técnica decidida pelo governo Sarney será também agora seguida por um período de duras negociações com os credores internacionais. E o fundamental é saber que negociações serão realizadas e como elas influirão sobre os rumos da política econômica do governo.

O duro confronto com os credores internacionais

Uma interrupção total do pagamento dos juros da dívida causaria um forte abalo no sistema financeiro internacional.

Com seus 103 bilhões de dólares de déficit, o Brasil é hoje o maior devedor do planeta. Este é outro elemento fundamental para se analisar o contexto político e econômico em que serão estabelecidas as negociações entre os grandes banqueiros internacionais e o governo Sarney.

Uma plena interrupção do pagamento dos juros da dívida externa ou um enfrentamento frontal com o sistema financeiro internacional teriam por causa disso enorme ressonância. O maior credor privado do país — o Citicorp — por exemplo, obteve no ano passado 25% dos seus lucros em operações no Caribe, na América Central e principalmente na América do Sul. A interrupção do pagamento teria, portanto, efeito imprevisível

sobre a estabilidade já precária do sistema financeiro internacional.

Além disso, a atitude brasileira seria inevitavelmente um sinal verde para que outros países, como a Argentina e o México, seguissem o exemplo. Um efeito de cascata ampliaria várias vezes a pressão sobre os credores, gerando uma situação incontrollável.

Assim, uma tal atitude do governo brasileiro seria respondida por represálias muito mais fortes do que as tomadas, por exemplo, frente ao governo peruano, que decidiu desde 1985 limitar o pagamento dos juros da dívida a 10% do valor corrente das exportações. O impacto da decisão do governo Alan Garcia foi muito menor já que a dívida peruana (de 14,2 bilhões de dólares) re-

presenta apenas 3,7% da dívida latino-americana.

Os limites do governo Sarney

É óbvio que o governo Sarney não tomará um rumo de enfrentamento direto com os credores internacionais (e seus governos). Este enfrentamento exigiria a adoção de fortes medidas de controle das empresas estrangeiras sediadas no país, a mobilização popular e uma grande mudança na política externa do país.

Por certo, não terá também condições de adotar uma política de submissão completa ao FMI e aos credores internacionais, como ocorreu durante o governo Figueiredo. Se tomasse tal atitude, o governo Sarney estaria cavando o espaço



John Reed, presidente de Citicorp, o maior credor do Brasil

para uma futura crise institucional, pois entraria em atrito com sua base parlamentar e teria que enfrentar ainda a radicalização do movimento sindical.

Entre estes dois extremos, está o espaço de manobra do governo Sarney. Politizando o tratamento da dívida, com a retórica de soberania, ele procurará negociar vantagens com os credores internacionais; ao mesmo tempo, incorporando a pressão dos credores internacionais, procurará respaldo para as medidas de

cunho antipopular que tomará internamente.

Assim, o mais provável é que o governo Sarney negocie a suspensão do pagamento de uma parcela dos juros da dívida, até porque não há mesmo condições de garantir o seu pagamento integral. Em troca, provavelmente terá que fazer concessões em torno da autonomia da política econômica (aceitando um monetarismo mais estrito do FMI) e mesmo de seu conteúdo, no sentido de garantir um maior superávit na balança comercial.

Rumo a recessão e ao arrocho?

A crise externa enfrentada pela economia brasileira pressiona a política econômica no sentido da diminuição do crescimento da economia e dos salários

A primeira pressão incide exatamente sobre as importações. Reduzi-las passa a ser um imperativo para viabilizar maiores superávits comerciais. Ora, a redução das importações de máquinas, equipamentos e matérias primas — itens fundamentais da pauta de importações — só pode ser efetivamente realizada com uma redução do crescimento da economia. Apesar de ter havido a montagem de um parque industrial expressivo de bens de capital (máquinas e equipamentos) no Brasil, a dependência tecnológica do parque industrial brasileiro, como se sabe, é ainda bastante grande.

A segunda fonte de pressões é a tensão no sentido de maximizar as exportações. A pauta de exportações brasileiras tem basicamente dois grandes itens: os produtos manufaturados e os produtos agrícolas. Em um momento de um crescimento muito lento ou de até mesmo estagnação do mercado mundial, a exportação dos produtos manufaturados enfrenta um problema básico de concorrência, de disputa de mercado. Os setores exportadores pressionam, a partir daí, no sentido de haver um arrocho salarial, que barateie o custo de produção e aumente a competitividade dos produtos manufaturados no mercado internacional. Quanto aos produtos agrícolas — que têm apresentado uma tendência a ter seus preços relativos diminuídos nos últimos anos — é este fator que pressiona: o governo tem procurado responder a esta situação, aumentando a quantidade, o volume dos produtos agrícolas exportados; no último período, este esforço tem colidido, no quadro de produção agrícola hoje existente, com o aumento do consumo interno. Assim, também por este lado o esforço de maximizar as exportações acaba pressionando no sentido da diminuição do mercado interno e, portanto, do arrocho salarial.

Um outro nível de tensão localiza-se exatamente na dinamismo das empresas estatais e nos investimentos em geral do estado. Sabe-se que no final da década de setenta, houve uma verdadeira "estatização" da dívida,



Funaro: agora com o comando pleno da política econômica

com o governo impulsinando as empresas estatais a captar empréstimos no exterior para equilibrar o fluxo crescente de saídas de capitais do país. A crise externa significa assim uma pressão para uma política de austeridade das empresas estatais no sentido de fazer frente aos seus compromissos. Quando se tem em conta a importância da intervenção do estado na definição do ciclo econômico, vê-se como este ajuste tem um sentido fortemente recessivo.

Nuvens sombrias

Toda a pressão objetiva empurra o governo para uma política de austeridade, de recessão e de arrocho. E não há maneira de contrarrestar estas violentas pressões se não se toma uma atitude profunda e permanente em relação à dívida externa.

Ao decretar a suspensão por tempo indeterminado do pagamento dos juros, o governo Sarney deu indicações fortes de sua disposição para ceder a estas pressões. O governo já começa a adotar

uma dura política de austeridade orçamentária e de redução dos investimentos produtivos previstos. Documentos que têm circulado nos gabinetes ministeriais em Brasília, de acordo com o jornal **Gazeta Mercantil**, falam da meta de crescimento de apenas 1% para a economia este ano. Várias informações sobre o nível de utilização da capacidade ociosa da indústria, de nível de emprego, já indicam uma forte desaceleração da economia nos últimos meses.

Quanto aos salários, o que se diz é que o governo esperará ainda um período de "liberdade de preços" para decretar um novo congelamento temporário. O objetivo é claro: forçar uma queda do poder aquisitivo dos salários, congelando os preços quando a relação salários/preços estiver mais deteriorada. O novo congelamento, noticiase, viria acompanhado da eliminação do gatilho salarial, que tem sido objeto de um ataque frenético das principais lideranças empresariais, encasteladas na poderosa Fiesp.

Editorial

O movimento operário e a moratória

Mais uma vez, em um momento em que os sinais de descontrole econômico e de dispersão da sua base política se tornavam cada vez mais fortes, o governo toma uma iniciativa importante no plano econômico e procura reconstituir sua base política. Após o estrondoso fracasso da iniciativa do pacto social — que acabou, apesar disso, cumprindo um papel tático de imobilizar por um momento importante o movimento sindical — o governo decreta a suspensão sem prazo determinado do pagamento dos juros da dívida externa, consegue selar um acordo no PMDB em torno à cassação de fato do que restava de soberania da Constituinte, substitui o presidente do Banco Central e esvazia os poderes do ministério do Planejamento, concentrando a condução da política econômica nas mãos da equipe de Funaro.

Estas iniciativas do governo — principalmente a moratória técnica decretada — pegam o movimento operário com um pé no ar, sem ter ainda uma idéia política muito clara de como desdobrar a experiência da greve geral do dia 12 de outubro.

A primeira e grande questão a ser definida pelo movimento operário diz respeito à moratória técnica decretada pelo governo. Cabe aí evitar a todo custo dois erros. O primeiro deles seria um grande desastre: conceder um apoio crítico à moratória técnica decretada pelo governo, o que de fato desarmaria o movimento operário para enfrentar as graves medidas econômicas, recessivas e de arrocho salarial, que vêm por aí. O segundo, apesar de menos desastroso, deixaria todo o espaço livre para o governo manobrar: adotar uma postura abstencionista sobre o grande tema da dívida externa, centrando a atuação do movimento operário na mera reivindicação salarial, na mera luta contra o desgaste inflacionário dos salários.

Com a crise externa batendo às portas da economia, o problema da dívida externa deixa de ser central para se tornar urgente e decisivo. Se o movimento operário quer disputar a hegemonia da luta contra o governo, deve responder: qual

a proposta que o PT tem aqui e agora para a questão da dívida?

Uma perspectiva

E aí deve ficar claro. Só há uma maneira de combater a demagogia do governo; que buscará apoiar-se na defesa do lema da "unidade nacional" para procurar legitimar medidas de cunho anti-popular. É assumir claramente um conjunto de propostas coerentes e integradas que aprofundem o enfrentamento com o capital financeiro internacional, vinculando-o à defesa de uma política econômica voltada para os interesses populares.

O PT deve iniciar imediatamente uma ampla campanha de agitação e esclarecimento em torno à defesa do não pagamento da dívida externa (e de seus juros, é evidente). Deve esclarecer desde já que o governo Sarney não interromperá de maneira definitiva o pagamento dos juros (estima-se que o governo joga com um prazo de três meses para realizar um acordo com os bancos estrangeiros). Deve esclarecer desde já que o governo Sarney reconhece a dívida externa, compromete-se a pagá-la e usa a moratória técnica para criar condições políticas econômicas justamente para voltar a "honrar" as obrigações da dívida externa.

Deve popularizar a compreensão de que não há como melhorar a vida sem deixar de pagar a dívida. E propor todo um plano de política econômica que contemple o combate à alta dos preços, à especulação financeira, o estímulo à recuperação do poder aquisitivo dos salários, combatendo assim a recessão.

A dívida externa é hoje, concretamente, a ponte que liga a luta institucional com a luta econômica, sindical. Enfrentá-la é, por isso, a forma de romper o economicismo das lutas sindicais e o isolamento institucional da luta na Constituinte. Sem fecundar o esforço de mobilização para a continuidade da greve geral do dia 12 com esta compreensão política corre-se o risco de ficar girando em círculos, sem dar perspectiva à combatividade já tantas vezes demonstrada pelos trabalhadores.

A guerra entre preços, salários e

De como o governo cedeu às furiosas arremetidas da Fiesp e conviveu com a especulação mais vergonhosa do sistema financeiro.

1.º de janeiro — O novo ano começa com uma elevação surpreendente das taxas de juros, que alcançam os níveis recordes de 260% ao ano. Os bancos usam o sinal verde da instabilidade da política econômica e as expectativas de crescimento da inflação para especular e aumentar os seus lucros.

5 de janeiro — Os juros bancários continuam disparando: elevação de 50 pontos em um só dia! O presidente da Fiesp, Mário Amato, pressiona pela liberação dos preços e ameaça com a “desobediência civil”. Encontro da CUT com Pazzianotto: a central deixa claro em documento que “não encaminhará nenhuma conversação de pacto social ou mesmo entendimento nacional”.

6 de janeiro — O governo convoca o Conselho de Desenvolvimento Econômico “para reverter as expectativas de alta da inflação e clarificar as regras do jogo”. Funaro reage verbalmente à pressão da Fiesp: “A desobediência não constrói. O que ela representa? Um ato de rebeldia contra o que? Representa um ato a favor da inflação”.

8 de janeiro — Grandes empresas de vários ramos em São Paulo reduzem o volume da produção, pressionando por um imediato reajuste dos preços. Funaro reage: “o governo não trabalha sob pressão”.

9 de janeiro — Sarney reage às pressões dos empresários: “os dirigentes empresariais, num momento em que se procura consolidar o Estado de Direito no Brasil, o regime da lei, pregam a desobediência civil, a anarquia e passam a ser aliados daquela coisa do século passado, a ser aliados do Bakunin”. Funaro ameaça os empresários com o corte do crédito. Os juros explodem: 400% ao ano. O mercado de ações registra grandes baixas.

12 de janeiro — Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Tema principal: preços e salários. Sayad prevê inflação de dois dígitos em janeiro. A reunião nada decide. O governo paralisado entre um realinhamento gradual ou de choque dos preços, entre a manutenção do gatilho ou a concessão de um abono salarial.

13 de janeiro — O superintendente da Sunab ameaça: “os tubarões que se cuidem. Nós vamos colocar os especuladores na cadeia.” Os juros sobem a 430% ao ano.

14 de janeiro — Encontro dos governadores, Sarney e ministros. Pazzianotto fala em pacto. O governador cobra uma proposta. Funaro apresenta alternativas como “semi-propostas”. O governo, na verdade, não tem unidade para propor. O Banco Central baixa resolução visando a redução da taxa de juros.

15 de janeiro — Primeira reunião entre trabalhadores, empresários e governo para discutir o pacto. A CUT não participa e denuncia: o governo quer uma trégua de 120 dias. Os juros caem de 440 para 400%. O IBGE divulga que a produção industrial caiu 15,4% em novembro em comparação com outubro: são os primeiros sinais da recessão.

16 de janeiro — O comércio varejista, em assembléia geral da categoria em São Paulo, decide por conta própria repassar aos consumidores os aumentos de preços dos produtos industrializados. Os juros continuam a cair: 380% ao ano. O IBGE prevê safra agrícola de 20% superior em relação a 1986.



Pacto com trabalhadores: para inglês ver

19 de janeiro — Inflação de dezembro duas vezes maior do que a de novembro: 7,2%. O gatilho acionado para cinco milhões de trabalhadores. Dirigentes de sete entidades empresariais, reunidos domingo à noite na casa do ministro Funaro, exigem realinhamento dos preços já. Aldo Lorenzetti, presidente da Abinee avisa: “no meu setor (equipamentos eletrônicos), tem muita gente já remarcando (os preços) por conta própria”. Sarney anuncia um “mutirão contra a pobreza” e lança programa de controle da natalidade.

21 de janeiro — Assinado acordo com o Clube de Paris, após negociações tensas (os brasileiros na reunião que durou até as cinco da manhã ameaçaram se retirar da reunião): o Brasil obtém o refinanciamento do principal da dívida de governo a governo até julho de 1987. Uma missão do FMI virá ao país no primeiro semestre. A CGT declara não acreditar no pacto já que o governo não tem propostas.

22 de janeiro — SNI prevê crise de abastecimento: a indústria e o comércio retêm os estoques na expectativa do realinhamento de preços. Fracassam as negociações em torno de um pacto. Cacex informa que o superávit da balança comercial em 1986 foi de 9,5 bilhões de dólares (23% inferior ao do ano anterior).

23 de janeiro — O governo continua no impasse: choque ou gradualismo. Tendência para medidas conciliatórias: o governo fala em “um freio para arrumação da casa”, em um “armistício compulsório”.

27 de janeiro — Os empresários obtêm uma vitória importante: tem início o processo de realinhamento dos preços. A medida foi decidida em uma “reunião telefônica” do Controle Interministerial de Preços.

28 de janeiro — Reunião do Conselho Monetário

Nacional para reduzir os juros. Eles entram em um novo ciclo de elevação, alcançando a taxa de 410% ao ano.

29 de janeiro — Pazzianotto acusa o ministério da Fazenda de responsável pelo fracasso das negociações do pacto. A CGT e a USI abandonam as negociações.

2 de fevereiro — Anúncio oficial de que as reservas caíram 1,2 bilhões de dólares em outubro de 1986. Os juros voltam a subir: 450% ao ano.

3 de fevereiro — Informa-se que o ministério da Fazenda chegou a elaborar um decreto-lei de um novo pacote, arquivado por falta de unidade e de respaldo político. Os juros continuam subindo: 480% ao ano. Os agricultores marcam manifestação em Brasília reivindicando preços básicos e créditos rurais mais baratos.

4 de fevereiro — Após reunião com empresários e comerciantes, o governo anuncia o fim do congelamento. A lista de 2.500 produtos tabelados cai para 400. Os preços estão liberados: os empresários ganharam a parada. Albano Franco da Confederação Nacional da Indústria declara: “Nesta tarde, o Plano Cruzado sofreu importantes adaptações. Chegamos a um entendimento solidário e, com a nova política de preços, a economia começa a retomar os mecanismos de mercado.” O diretor do Citicorp, um dos maiores credores externos do Brasil, dá uma declaração enfática prometendo endurecer as negociações.

5 de fevereiro — A Fiesp divulga pela primeira vez em 35 meses uma queda no emprego industrial para o mês de janeiro. Fontes oficiais prevêm inflação de 40% até o final de março. Mesmo com a manutenção do gatilho salarial, os assalariados têm perda média em torno de 8% do salário real.

9 de fevereiro — Os juros para os grandes investimentos já sobem a 700%. O custo para

juros



Funaro dá o recado: liberou geral os preços

empréstimo de capital de giro para as empresas vai a 1000% ao ano. Quedas pronunciadas são registradas no dólar paralelo, no ouro e na bolsa de valores: os capitais especulativos são atraídos para a ciranda do sistema financeiro. Divulga-se oficialmente que em 1986, 622 milhões de dólares de capital de risco externo deixaram o país.

10 de fevereiro — Bracher sai do BC, significando o reforço dos poderes de Funaro. É ele quem indica o substituto: Francisco Gross vai para o Banco Central. O governo anuncia o pacote agrícola no sentido de amortecer a mobilização dos agricultores. A Fundação Getúlio Vargas divulga novo sinal de recessão: a utilização da capacidade ociosa caiu de 86% para 84% em janeiro último.

12 de fevereiro — Gross dá declaração dizendo ser contra "métodos artificiais para fazer baixar os juros". Mario Amato, presidente da Fiesp, "convoca os industriais a um confronto com o poder burocrático", que, na sua opinião, é responsável "pelas falhas dos programas econômicos fabricados em gabinetes, fora da realidade de mercado e das leis naturais que regem o processo produtivo." Em Brasília, a manifestação radicalizada pela UDR de 25 mil agricultores.

15 de fevereiro — Divulgada a inflação de janeiro: 16,82%, novo recorde da história do país. Dispara o gatilho para os assalariados com data base de junho a dezembro. Sarney procura apoio de Ulisses para novas medidas econômicas.

16 de fevereiro — A estimativa da inflação de fevereiro e de 18% (o sistema financeiro trabalha com um índice de 30%). As empresas remarcam furiosamente os preços, na expectativa da eventualidade de um novo congelamento. É divulgado o superavit da balança comercial de janeiro, o menor desde outubro de 1982.

17 de fevereiro — Têm-se como certo uma crise cambial para já: o país não tem condições de continuar pagando em dia os juros da dívida. Anuncia-se oficiosamente a centralização do câmbio e uma suspensão temporária do pagamento dos juros.

Como explicar o impasse

Ao contrário do que pode aparecer, a conjuntura econômica atual não repete as vésperas da edição do Plano Cruzado: as contradições são bem mais profundas.

Juarez Guimarães



Sarney: ir, para onde?

○ início deste ano lemba a conjuntura dos primeiros meses de 1986: impasse na política econômica do governo, perda de controle dos instrumentos de condução da economia, alta desenfreada da inflação. A comparação é tentadora mas omite um elemento fundamental: as contradições são agora vividas em um nível mais profundo e, em consequência, as saídas de grande impacto são bem mais difíceis.

A grande diferença se refere ao front externo da economia. Vivia-se no início de 1986, o impacto favorável de uma expressiva queda nos preços do petróleo, de uma redução importante nas taxas de juros internacionais e contava-se com um fôlego importante para a manutenção de superávits comerciais, suficientes para o pagamento dos juros da dívida. As reservas brasileiras eram de 7,7 bilhões de dólares em dezembro de 1985.

Hoje, a situação neste aspecto fundamental é inteiramente diversa. Os saldos da balança comercial minguiaram e prevê-se que faltarão cerca de 4 a 5 bilhões de dólares para pagar em dia os juros da dívida externa. Uma crise cambial está claramente configurada. As reservas monetárias, por sua vez, caíram bastante: oficialmente estão em quatro bilhões de dólares (fala-se, no entanto, que na realidade são de cerca de dois bilhões de dólares). O espaço para a manobra do governo — que não capitaneará certamente um confronto frontal com os credores internacionais — é, portanto, muito mais limitado.

Em segundo lugar, a possibilidade de prosseguir com uma taxa elevada de crescimento econômico sem criar um novo patamar de investimentos produtivos é muito menor do que a do início do ano passado em função de uma ocupação bem maior da capacidade ociosa das indústrias. Sabe-se que o índice de utilização da capacidade ociosa final do ano passado já estava tecnicamente no limite para os principais ramos da indústria. Ao mesmo tempo, não houve no período uma retomada significativa dos investimentos.

A rigor, o único elemento mais favorável na atual conjuntura econômica em relação ao início

do ano passado é a expectativa de uma safra agrícola superior em 20% e do ano passado (que havia sido muito fraca e obrigou a importação de vários gêneros).

A natureza do impasse

Após a saída do ministro Dornelles em meados do ano atrasado, a política econômica do governo ganhou uma maior coerência no objetivo de combater a inflação sem adotar uma política recessiva e o arrocho frontal dos salários. O Plano Cruzado foi a expressão maior desta aspiração, com o grande problema de ser uma saída episódica e conjuntural, sem atacar os problemas de fundo da economia (na verdade, como ficou demonstrado, até agravando as contradições).

O impasse da política econômica do governo tem, portanto, este sentido: está cada vez mais difícil garantir o crescimento da economia, acomodando tensões, avançando nas brechas. O resultado é que o governo sofre e sofrerá ainda mais no próximo período uma dupla pressão, do capital financeiro internacional e do grande empresariado, para alterar a política salarial. A virulência e a agressividade da postura da Fiesp, o centro nervoso do grande empresariado, no episódio da remarcação dos preços: a desfaçatez com que o sistema financeiro especula impunemente com as expectativas de alta inflacionária; a determinação do sistema financeiro internacional, em enquadrar em rédeas curtas a política econômica mostram como estas pressões têm entrada fácil em um governo de bases conservadoras e com um apelo popular instável.

A virada para a direita da política econômica é também problemática. Significa uma rota de atritos com a sustentação parlamentar que o PMDB dá a Sarney. E significa, sobretudo, abrir o campo para a radicalização do movimento sindical, apenas contida com a edição do Plano Cruzado.

Entre uma orientação de política econômica que já não pode ser mais e uma outra que ainda não pode ser, a economia é sacudida por uma violenta guerra dos vários setores da economia. A guerra aberta entre salários, preços e lucros, uma luta febril da qual o crescimento da inflação é a maior expressão.



CUT reafirma convocação à greve geral

Diante da nova política recessionista, o movimento sindical prepara uma nova greve geral, manifestando sua oposição frontal ao governo Sarney

Américo Bernardes

A greve geral do dia 12 de dezembro passado, recolocou com toda força a grande tradição que perpassou todo o movimento sindical no segundo semestre do ano passado.

Confrontando com uma política ofensiva e ousada da burguesia, o Plano Cruzado I, a direção do movimento, em grande parte das lutas, não conseguiu dar respostas satisfatórias ao problema colocado. O que se viu naquele período foi uma sucessão de greves em todo o país, garantida fundamentalmente pela disposição de luta dos trabalhadores, sem que se colocasse uma possibilidade de superação da situação geral.

Contudo, o governo conseguiu manter a euforia "cruzadista" apenas o tempo necessário para viabilizar a sua vitória nas eleições de 15 de novembro. Nem havia terminado a apuração e caiu como uma bomba o Cruzado II, acarretando uma onda de protestos, que convergiu para a greve geral do dia 12 de dezembro.



O governo recozinha o pacto...

Diante da violenta reação da população, e vislumbrando uma crise econômica que explodiria pouco tempo depois, o governo relança a proposta de pacto social como a única maneira de solucionar os problemas do país.

Porém, ao se lançar a esta proposta, convidando para a mesa os representantes de trabalhadores e patrões, o governo só conseguiu mesmo foi mostrar a sua incompetência e a insaciável intransigência da burguesia, que não se dispôs a qualquer concessão, a fim de permitir que a boa vontade das CGTs e USIs da vida tivessem alguma recompensa.

Ao contrário de procurar qualquer entendimento (como tentado pela CGT e congêneres) a burguesia queria um fórum que legitimasse uma política de

extremo arrocho e carestia. Propuseram o realinhamento imediato de todos os preços (numa média de 25%), o congelamento de salários (com o fim do gatilho) e o aviltante salário mínimo de algo em torno de Cr\$ 1.200,00.

De nada valeram as boas intenções de Joaquinção e Pazzianotto. Aliás, Joaquinção, percebendo que a canoa do pacto estava dando água por todos os lados, retirou-se de cena em grande estilo, propondo que a população invadisse e saqueasse os supermercados...



Diante da incapacidade de concessões, o pacto social foi escorrendo pelo bueiro, até cair (sutilmente) no esquecimento dos noticiários nacionais.

A CUT (apesar de algumas confusões iniciais) definiu claramente sua posição: não aceitou participar deste embuste, denunciou o caráter das reuniões pactantes. Exigiu do governo uma resposta clara às reivindicações colocadas durante a greve geral do dia 12 de dezembro.

Os trabalhadores não aceitam pagar o pato...

A greve geral do dia 12 representou o início de uma nova etapa nas lutas do movimento operário. Os enfrentamentos do semestre passado recolocaram a necessidade de se construir uma referência concreta de oposição à política econômica do governo.

Com o agravamento da crise econômica, o governo começou a colocar na praça a política de garantir o aumento dos superávits da balança comercial via retração do crescimento interno, diminuição das importações e diminuição da capacidade de compra dos salários. O aumento dos índices de desemprego verificado nos últimos meses é um dos

sintomas mais evidentes desta nova onda recessiva que se abre.

Neste quadro, é necessária uma resposta imediata, que conteste esta política e demarque a posição dos trabalhadores de não aceitar pagar o pato da crise econômica.

Preparar nova greve geral

A fim de contestar claramente a política econômica do governo, é necessário a superação definitiva da concepção de buscar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores a partir de lutas localizadas. Em entrevista ao **EM TEMPO**, publicada na edição passada, Jair Meneguelli, presidente da CUT, afirmava que havia "o entendimento dentro da CUT de que enquanto ficarmos apenas nas lutas localizadas por categoria nós dificilmente alcançaremos algum sucesso". Mas além disto, de bucar uma perspectiva de luta conjunta, é necessário uma plataforma que coloque em evidência o caráter político do combate que se avizinha.

Durante a preparação da greve passada, Joaquinção declarou que "a greve não era contra o governo", mas "visava fortalecê-lo nas negociações com os credores externos". Agora, é necessário que se diga que a greve é contra o governo e sua política, pois esta atende aos interesses da burguesia e dos credores externos. Se isto não ficar evidente, a tendência geral poderá ser a de dar apoio "à luta pela soberania" do governo Sarney, a partir de sua "moratória técnica".



Os eixos centrais para as mobilizações que se iniciam estão colocados na luta **contra o pagamento da dívida externa** (que vai bem além desta morató-

ria técnica), **pelo efetivo congelamento dos preços e pela recomposição do poder de compra dos salários**. Por outro lado, é cada vez mais transparente aos olhos das mais amplas massas que o atual governo é incapaz de garantir um efetivo congelamento, que é incapaz de promover uma política de recomposição do poder aquisitivo dos salários. Neste sentido, a exigência de



convocação imediata de eleições diretas para Presidência da República coloca-se como uma das bandeiras de frente nesta luta.

Organizar os trabalhadores para a luta

O calendário do movimento sindical aponta diretamente para o objetivo de uma nova onda geral de lutas e a concretização de nova greve geral. O desgaste dos pelegos e reformistas (sendo que alguns já começam mesmo a se declarar abertamente contra o governo — como é o caso do PC do B) reforça a necessidade da CUT se construir como a direção capaz de levar adiante o movimento sindical nesta luta. Neste momento, o chamamento à unidade de ação ganha força, pois esta é condição para garantir um poderoso movimento de oposição à atual política recessiva da "Nova República".

A organização desta ampla campanha conta com um processo de organização que se inicia a partir da mobilização dos bancários a nível nacional, as campanhas unificadas (como a que se dá agora em São Paulo), e as campanhas salariais de várias categorias nos próximos meses.

Cronograma de preparação da greve geral

Já se iniciaram os preparativos visando as próximas lutas gerais dos trabalhadores brasileiros. Os pontos principais neste caminho serão os seguintes:

Nos próximos dias 9 e 10 de março, a Executiva Nacional da CUT discute um plano de ação geral, avaliando as campanhas salariais em curso e definindo uma plataforma de reivindicações para o movimento sindical. No dia 11, a Executiva da CUT reúne com representantes de todas as categorias que têm campanha salarial neste período para discutir uma forma unificada de condução do processo.

Dia 15 de março reúnem-se representantes das centrais sindicais e das confederações. A CUT apresentará sua proposta de cronograma de ação e as reivindicações a serem levadas ao governo.

No dia 11 de março, a CUT Regional da Grande São Paulo promoverá uma manifestação de

caráter amplo, envolvendo todas as categorias que estão em greve. A manifestação será em frente à sede da FIESP e exigirá resposta à pauta apresentada anteriormente, que contém, entre outras, as reivindicações de aumento geral de 40% acima dos reajustes do gatilho, piso salarial a nível de salário mínimo calculado pelo DIEESE, congelamento dos gêneros de primeira necessidade e não pagamento da dívida externa.

Dia 13 de março será realizada a Plenária Nacional dos bancários (que reivindicam 100% do aumento acima do gatilho e piso de DIEESE, entre outros pontos). Esta plenária deverá traçar o plano de lutas da categoria.

Dias 25 e 26 de março haverá nova reunião da Executiva Nacional da CUT, que, a partir de uma avaliação de situação geral, apresentará uma proposta à Plenária Nacional da CUT, que se realizará nos dias 27 e 28 de março. A discussão central da plenária será a convocação da nova greve geral.

Denúncia

Philco provoca aborto em operária

Geuza Selin

A Philco de Guarulhos está sendo responsabilizada pelo aborto provocado em Lizete de Oliveira Depieri no dia 8 de fevereiro. Lizete estava no terceiro mês de gestação.

Depois de doze anos de trabalho na Philco, acumulando algumas promoções neste período, Lizete foi demitida por estar grávida no dia 15 de janeiro e readmitida por iniciativa da empresa no dia 4 de fevereiro.

Segundo o depoimento da operária, anexado ao termo de denúncia encaminhado à Secretaria de Estado de Relações de Trabalho no dia 19 de fevereiro, o aborto foi provocado por um exame de toque brutal (solicitado pelo médico da empresa), que resultou no rompimento do útero, impossível de ter ocorrido de forma natural conforme palavras do próprio médico que a socorreu com dores insuportáveis e hemorragia permanente.

Somente no sexto dia de internação,

Lizete e o marido foram informados sobre a cirurgia a que ela tinha sido submetida.

O fato revela uma opressão comum que se abate sobre as mulheres trabalhadoras, um desrespeito ao direito legítimo que tem as mulheres de decidir sobre o seu próprio corpo, de decidir se querem ou não uma gravidez.



Ler é pensar com várias cabeças



VIOÊNCIA RURAL E REFORMA AGRÁRIA

Maria da Penha



Violência rural e reforma agrária, de Maria da Penha — O depoimento inesquecível de uma dirigente rural do sertão da Paraíba — Cz\$ 30,00.



Pacto Social: Da negociação ao pacote, de Régis Moraes — Os mitos e a realidade da proposta do pacto social no Brasil — Cr\$ 70,00.

CRÍTICA MARXISTA

A Estratégia Revolucionária na Atualidade



As Antinomias de Gramsci
Perry Anderson

Tradução: Roberto de Almeida
Revisão: Roberto de Almeida
Título original: Gramsci e a Crítica da Razão

Crítica Marxista — Revista de divulgação e debate das idéias socialistas no Brasil — Cz\$ 100,00.

Escolha o(s) livro(s) que você quer comprar envie um cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — 05414 — São Paulo — SP.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Alvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852 88 80 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.000; fone 226 2643; Porto Alegre: Rua Fernando de Azevedo, 618 — Loja 04 — BomFim — CEP 90.000 — fone 27 4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1.42 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; Florianópolis: Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; Goiânia: Caixa Postal 469 — CEP 74.000; João Pessoa: Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; Recife: Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Artur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

A regulamentação
da atuação das
tendências no PT

O debate sobre a questão “das tendências” no PT é complexo, muitas vezes confuso, muitas vezes ambíguo. Há um lado claro e sadio: o PT é um partido que se formou com a confluência de distintas correntes políticas, que conserva até agora um grau razoável de heterogeneidade, e que deve continuar assim provavelmente por um longo período. Existem correntes distintas no seu interior, mais ou menos permanentes, mais ou menos organizadas. Há compreensões distintas sobre esta questão. Nada mais justo e razoável do que regulamentar a relação destas correntes com o conjunto do partido, estabelecer claramente direitos e deveres.

Mas há também um lado nesta discussão, ou uma maneira de abordá-la, que não é clara nem saudável. Para alguns, a questão que deve ser discutida é apenas a

O debate sobre as tendências no PT foi colocado inicialmente de forma sectária e incorreta pela articulação majoritária.



das correntes do PT que se reconhecem como organizações políticas, isto é, a questão das “correntes organizadas”. As outras correntes não apresentariam problemas. E mais, a questão em discussão com as tendências organizadas seria a do seu enquadramento no partido, ou da sua exclusão.

Este enfoque leva diretamente a um raciocínio do tipo “no PT, alguns são mais iguais do que os outros”; “há os verdadeiramente petistas, e outros que só são pela metade”. Daí vem uma dinâmica de sectarização, de formação de direções executivas só da maioria. E mais: esta visão serve para justificar que a articulação majoritária se forme com uma enorme heterogeneidade, e que as suas diferenças sejam resolvidas à parte das instâncias do partido, nas convenções (e às vezes em reuniões dos Diretórios). A articulação majoritária se forma menos com base num acordo político, e mais para garantir uma maioria que exclua “as tendências”. Claro que tudo isto dificulta a discussão política, dificulta a integração de todos os setores no partido, e abre espaço para concepções de monolitismo no PT (que contudo entram em choque com a própria heterogeneidade da articulação majoritária), introduzem uma deformação importante na democracia interna (ao restringir os direitos das minorias).

Provavelmente este enfoque totalmente equivocado já foi ou está sendo superado pela maioria da articulação majoritária. Mas de qualquer forma foi a partir de uma visão deste tipo que se adotou o princípio da “Executiva pura” em 1983 em São Paulo e em 1984 a nível nacional, posição parcialmente corrigida em 1985 em São Paulo e que começa a sê-lo agora a nível nacional (naturalmente muitos estudos nunca adotaram esta visão, ou já a supe-

raram). E esta visão ainda marca muitas intervenções de companheiros da articulação majoritária.

A visão de que o problema do PT são “as tendências” é de uma enorme ingenuidade, e inteiramente sem base.

Começemos pelo mais óbvio: no último Encontro Nacional, a articulação majoritária teve pouco mais de 70% dos votos. É claro que ainda que os outros 30% fossem “problemáticos”, uma maioria de mais de 70% é muito confortável para implementar uma política, para construir o partido. É evidente que quem dá a dinâmica do partido é principalmente a maioria. Para tomar um exemplo, é principalmente a ela que deve ser cobrado o fato de que o PT até hoje não tenha um jornal nacional; ou o fato de que em geral os sindicalistas do PT não tenham uma intervenção discutida no partido, atuem muitas vezes desunidos.

Um dos argumentos básicos apresentados pelos críticos das “tendências organizadas”, e que costuma justificar a exclusão das minorias da Executiva, é o de que as tendências seriam “partidos dentro do partido”, não respeitam as decisões coletivas. Mas aqui há várias questões.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que, como é do conhecimento geral, muitos dos que participaram da articulação minoritária a nível nacional não pertencem a nenhuma corrente organizada, participando da articulação por acordo político com as propostas para o Encontro. A insistência de caracterizar a articulação minoritária como “das tendências organizadas” é errada e desonesta. Além disso, na articulação majoritária — e voltaremos a isto — há diversos grupos organizados, quer se apresentem ou não como organizações. E se pegamos a questão mais decisiva — o respeito às decisões do partido — de modo algum podemos dizer que entre os que participaram da articulação minoritária tem havido menos respeito. Pelo contrário: vários casos notórios de desrespeito a decisões do partido ocorreram com membros da articulação majoritária ou que a apoiaram, como com o setor liderado pelo companheiro Luís Dulci em Minas (que não apoiou o candidato do PT à prefeitura de Belo Horizonte em 1985), ou com Aírton Soares, e outros que deixaram o partido.

Um princípio básico é o de garantir a isonomia e a igualdade das regras para todos.



Além disso, há diferenças marcantes quanto à concepção do PT e da relação das várias correntes com o partido entre as correntes que participaram da chapa minoritária.

É a partir destas constatações que podemos enumerar algumas idéias básicas para que esta discussão sobre as tendências no PT chegue a um bom resultado.

1) O PT é um partido que representa a convergência, na sua formação, de diver-

sas correntes políticas: o chamado “sindicalismo autêntico” (que teve o papel mais importante na formação do partido, organizações de esquerda e militantes com origem em organizações, bem como militantes marxistas em geral, intelectuais, setores da Igreja, militantes de movimento popular. Todas estas vertentes foram e continuam sendo fundamentais para a construção do partido; a diversidade do PT é uma das características necessárias para que o partido se construa e se reforce como **partido de massa**. É a partir das várias origens e contribuições que o PT irá precisando sua linha política, seu programa, sua visão de socialismo. A fragmentação das várias correntes do PT seria um desastre, uma grande derrota para o movimento operário e popular, configuraria um enorme retrocesso. Além disso, saber realizar a convivência de correntes distintas é importante para a construção de um partido **democrático**, e que quer um socialismo com democracia.

2) A discussão e a regulamentação da existência de tendências no partido não pode visar apenas as organizações de esquerda. É verdade que estas têm uma especificidade pelo seu grau de organização e às vezes de elaboração política, de unidade programática. Mas não é possível negar que há inúmeros grupos e correntes organizados no PT além dos que se reconhecem como organizações. Por exemplo: fala-se que uma questão a ser tratada é a das “finanças próprias” das organizações. Mas é evidente que os setores da Igreja tem “finanças próprias” e um aparelho próprio, profissionais próprios, e

numa escala muitas vezes maior do que qualquer organização de esquerda no Brasil. E há inúmeros centros de estudo, sindicais, etc., dirigidos por grupos petistas que, embora não vinculados formal ou diretamente ao partido, têm “finanças próprias”. E para tomar um exemplo mais cru: todos os candidatos proporcionais do PT, ou pelo menos todos os que se elegeram, tiveram finanças próprias. E isto ocorre de forma ainda mais nítida com os gabinetes parlamentares.

Assim, um princípio básico para esta discussão, e para a regulamentação que vier a ser feita, é o da **isonomia**, o da igualdade nas regras para todos.

3) Algumas organizações políticas que participam do PT adotam o nome de **partido** ou pretendem funcionar como um partido, com vários entendimentos desta questão.

Em geral, os companheiros destas organizações entendem que isto não é contraditório com sua participação na construção do PT, na construção do PT como um partido de massa. Contudo, achamos que esta visão é um equívoco, e em geral um duplo equívoco: na avaliação do que é o PT, da sua dinâmica como partido, e na compreensão do leninismo (a idéia de que haveria um “partido leninista”, ou “partido comunista”, ou “partido da vanguarda” distinto de um “partido de massa” como o PT). A concepção leninista de partido, pelo contrário, não contrapunha **partidos de massa**, e partido de vanguarda. Um partido militante, centralizado, de combate, e logo um partido de vanguarda (já que nunca toda a massa, ou

mesmo a maior parte dela, vai **militar** em um partido), pode ser também um partido de massas — tem de ser, para poder dirigir um processo revolucionário.

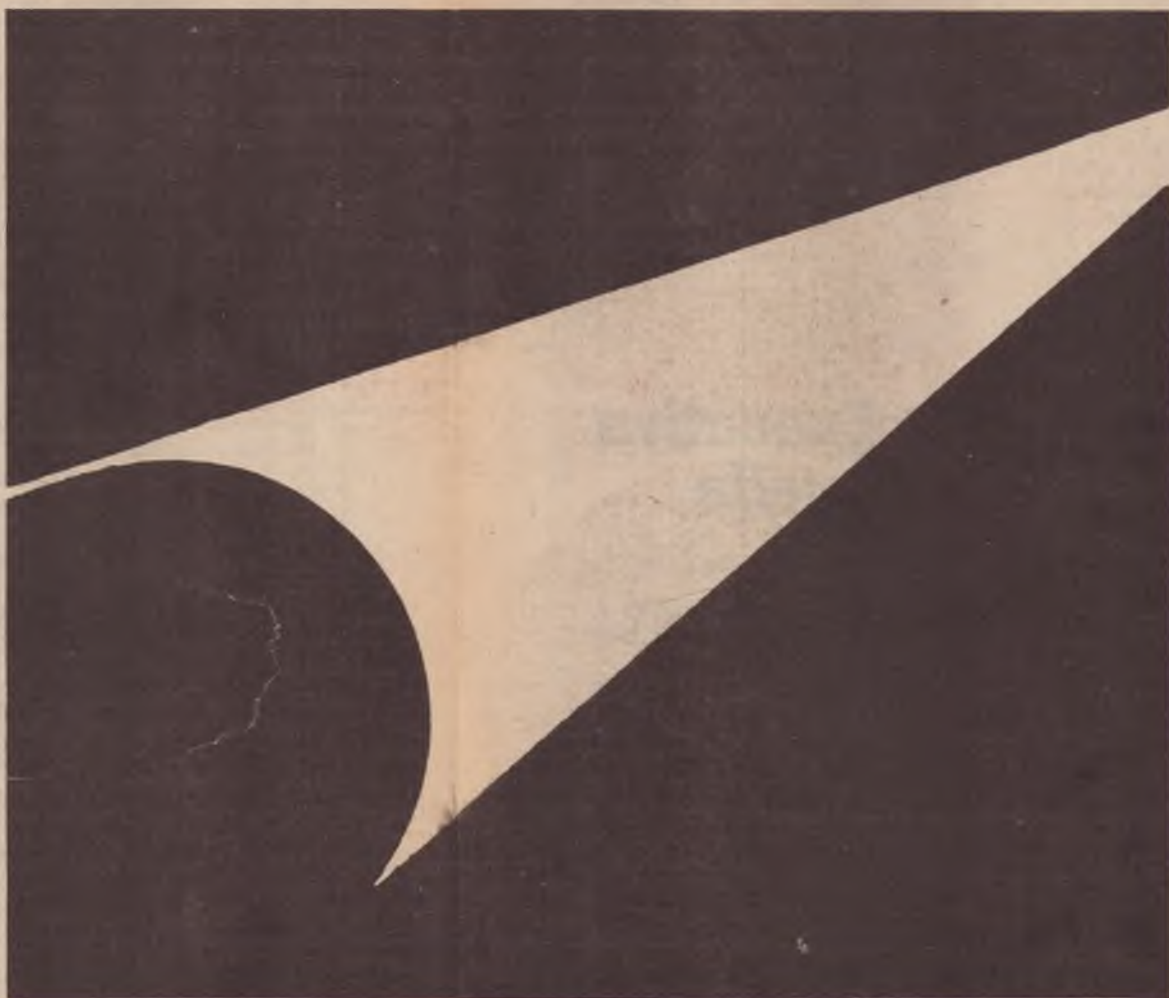
Não pretendemos, aqui, desenvolver esta discussão, mas apenas registrar nosso desacordo com os companheiros que pretendem conciliar a militância no PT com a construção, em outro nível, de um outro “partido”.

Mas, por outro lado, é importante colocar a questão: os companheiros constroem de fato outros **partidos**, no verdadeiro sentido da palavra? E aqui, devemos responder que **não**, (com a possível exceção da Convergência Socialista). Apesar do que possam julgar estes companheiros, o que fazem vai muito mais na direção de constituírem tendências (ou frações) no PT. Relacionam-se com a massa fundamentalmente como petistas: é nesta qualidade que são, em geral, conhecidos. Defendem em geral as posições do PT. Empenham-se em construir núcleos do PT, diretórios, etc. Assim, a dinâmica de construção do PT é o que de fato prevalece. A força do PT, a sua capacidade de atração, de polarização, fala mais alto do que concepções teóricas mais ou menos confusas.

Além disto, é inquestionável que estas organizações têm militantes extremamente valiosos, dedicados, que têm contribuído de forma importante para a construção do PT.

Assim, a discussão com estes companheiros não pode ser pensada como um ultimatum, “ou se integram, ou saem”, como querem alguns companheiros. Não

Seis idéias para assegurar um rumo fraterno e construtivo ao debate



João Machado *

há nenhuma razão para isto: em geral, os companheiros de organizações que se consideram como partidos estão já bem integrados no PT, e, o que é ainda mais importante, sua evolução vem sendo na direção de uma integração maior. A discussão deve ter um outro caráter: o de esclarecer a situação real, de clarear as posições, de estabelecer as melhores regras de relacionamento.

Registramos nosso desacordo com os companheiros que pretendem conciliar a militância no PT com a construção, em outro nível, de um outro “partido”.



4) Outra questão básica é que a discussão sobre a regulamentação das tendências só faz sentido dentro de um esforço mais amplo de construção do PT, de avanço nas suas definições políticas, de melhora no seu funcionamento, na sua centralização, na sua relação com os movimentos sociais.

Isto é mais ou menos evidente: a integração das várias correntes no funcionamento partidário é, em primeiro lugar, uma questão de um bom funcionamento partidário, e só depois, de regulamentação de tendências. Esta regulamentação é um aspecto subordinado dentro de uma política de construção partidária.

5) O centro da regulamentação das tendências deve ser claro: as várias correntes e grupos do partido, mais ou menos organizadas, devem estar autorizadas a se organizarem **para defender posições no interior do partido**. Após as deliberações do partido, todos devem encaminhar a posição majoritária (evidentemente, desde que estas deliberações cumpram o requisito de participação democrática de todos no debate). Para a massa, deve haver apenas o PT, e não suas correntes.

Naturalmente, como o PT não é um partido clandestino, seus debates internos deverão muitas vezes ser conhecidos por não petistas. Um partido de massa não pode ter grandes discussões fechadas. Assim, por exemplo, não há nenhum problema em que se saiba fora do PT que há setores do partido favoráveis, digamos, a uma aliança com o PSB e outros contrários. Militantes do PT poderão escrever artigos na imprensa defendendo uma ou outra posição. Isto não significa, de nenhuma maneira, encaminhar para a massa posições distintas das posições do partido.

A partir desta concepção básica do funcionamento das tendências no partido, poderemos desdobrar critérios, regulamentações, sempre levando em conta a necessidade de manter a igualdade para todos os militantes do partido, a necessidade de buscar a integração de todos os militantes na construção do partido, e a necessidade de corrigir deformações na

nossa democracia (garantindo, por exemplo, a participação proporcional das minorias nas Executivas). É claro que tudo isto será um **processo**, e que só atingiremos um funcionamento ideal das tendências com o avanço na construção do partido, de conjunto.

6) Finalmente, parece claro que com a regulamentação das tendências continuarão a existir articulações mais amplas, como as existentes hoje. Mas estas articulações deverão formar-se a partir de propostas, de acordos reais na visão da conjuntura, nas prioridades de construção do partido. Deste ponto de vista, parece claro que as articulações que se apresentaram no último Encontro Nacional estão superadas. A articulação majoritária era extremamente heterogênea, reunindo grupos muitos diversos. As polêmicas públicas entre alguns de seus dirigentes (por exemplo, debateram pela **Folha de São Paulo** os companheiros Francisco Welfort, Hélio Bicudo, Eduardo Suplicy, entre outros) são prova disto. E a articulação “Alternativa Operária e Popular” teve no próprio Encontro uma divergência interna clara sobre a política adotada pelo PT quanto ao governo na Bahia e de Pernambuco, além de ter diferenças importantes quanto à visão de construção do partido. O momento é de, a partir das posições de cada corrente ou de cada companheiro, buscar articulações capazes de expressar acordos políticos mais profundos, que permitam avançar mais o debate do partido.

Nossa corrente — a corrente Democracia Socialista — tem uma posição privilegiada neste debate. Estamos empenhados desde a primeira hora na construção do PT, e temos sempre defendido uma concepção coerente de construção do PT como um verdadeiro partido, que tivesse condições de se tornar um partido revolucionário. Aliás, fomos pioneiros nesta posição.

As várias correntes e grupos dentro do partido devem estar autorizadas a se organizarem para defender posições no interior do partido.



Também desde o início temos defendido a visão de que é necessário construir o PT como um partido democrático, integrando distintas correntes, isto é, todas as correntes que se empenhem na sua construção e estejam dentro das suas posições políticas básicas — as posições de independência política de classe dos trabalhadores.

Por isso podemos dizer que temos condições de dar uma contribuição importante para a discussão atual.

João Machado é membro do Diretório Nacional do PT e da direção executiva do partido em São Paulo.

PT tem nova Executiva Nacional

A última reunião do Diretório Nacional perdeu uma oportunidade de corrigir o erro de ter uma Executiva Nacional composta apenas por membros da chapa majoritária

A reunião do Diretório Nacional de 29 e 30 de janeiro, no que diz respeito a dois temas que haviam sido adiados pelo Encontro Nacional do PT de 1986, isto é, a regulamentação da existência de tendências dentro do partido, e a inclusão no Executivo Nacional de membros da chapa minoritária no Encontro, foi uma reunião frustrante. O Encontro havia definido que se realizaria um Encontro Extraordinário em fevereiro de 87 precisamente para discutir estas questões e também que seria nomeada pelo Diretório Nacional uma comissão para organizar o debate interno a respeito.

A comissão foi depois formada por quatro membros da Executiva Nacional (Francisco Weffort, Paulo Azevedo, José Dirceu e Wladimir Pomar) e um membro da chapa minoritária (João Machado).

O primeiro problema para o cumprimento das decisões do Encontro Nacional foi a precariedade do funcionamento desta comissão. Só veio a reunir-se após 15 de novembro, e já então desfalcada de Francisco Weffort, que, ao demitir-se da Secretaria Geral do partido demitiu-se também da Executiva e desta comissão. Além disto, os outros três membros da Executiva tiveram grande dificuldade de cumprir esta tarefa: Paulo Azevedo por causa de sua candidatura à Presidência do Sindicato dos Metroviários de São Paulo (posteriormente vitoriosa), e os demais em função de outras tarefas. Na verdade, mesmo sendo grandes as dificuldades dos membros da Executiva Nacio-

nal, em virtude das muitas tarefas, inteiramente reais, o não funcionamento da comissão é consequência também de uma não priorização do seu trabalho por parte da Executiva Nacional.

Contra o monolitismo

O segundo problema para o cumprimento das decisões do Encontro Nacional foi que a Executiva Nacional concluiu que era inviável a realização do Encontro Nacional Extraordinário na data em que ela própria havia fixado e o desmarcou, substituindo-o por uma reunião do Diretório Nacional. Este, por sua vez, diante da não preparação das discussões sobre os temas previstos, e da não criação de condições para realizar a curto prazo um Encontro Extraordinário, optou por cancelar sua realização, prevendo um Encontro Nacional ordinário no fim de novembro ou no início de dezembro de 1987.

Assim, a renovação da Executiva Nacional, que tinha sido eleita com um caráter provisório após o Encontro de 1986, teve de ser feita em condições precárias. A própria Executiva Nacional apresentou uma proposta para sua renovação que não incluía nenhum representante da chapa minoritária, argumentando que esta questão deveria aguardar o próximo Encontro. Raul Pont apresentou uma argumentação contrária, enfatizando o enorme risco representado, para um partido que se quer democrático, de uma política de exclusão de minorias, e destacando a

existência, dentro dos membros do Diretório Nacional eleitos pela chapa minoritária de muitos militantes comprometidos com a construção do PT desde a primeira hora, cujo compromisso com o partido não pode ser questionado, e cuja participação reforçaria a Executiva. E apresentou os nomes de José Genoíno e João Machado.

A votação desta questão foi confusa. Em primeiro lugar, foi votado se deveria ou não haver inclusão de membros da chapa minoritária na Executiva. A posição da inclusão ganhou com 23 votos contra 13 e 6 abstenções. Em seguida, foi votado se deveriam ser incluídos um ou dois membros. Foi majoritária a posição de um, com 13 votos, com 10 votos a favor de 2, e 18 abstenções. A discussão então ficou ainda mais confusa. Foi apresentada uma proposta de reabertura de discussão que foi derrotada. Diante do clima criado, José Genoíno e João Machado retiraram suas indicações, e a Executiva Nacional ficou como havia sido proposto originalmente.

Assim, uma oportunidade foi perdida de corrigir o antigo problema de a Executiva Nacional ser formada apenas pela chapa majoritária. A grande responsabilidade é da própria Executiva Nacional, ao não ser capaz de garantir o cumprimento das deliberações do Encontro Nacional. Contudo, alguma coisa se avançou: pelo menos foi registrado que há uma posição amplamente majoritária no Diretório Nacional a favor de uma Executiva que inclua membros da minoria. Além disso,

o debate sobre a questão das tendências no PT está começando a ser encaminhado, agora pela secretaria geral nacional.

A Executiva eleita

Presidente: Luis Inácio Lula da Silva (SP)

1.º Vice-presidente: Jacó Bittar (SP)

2.º Vice-presidente: Luis Soares Dulci (MG)

3.º Vice-presidente: Luis Eduardo Gree-nhalgh (SP)

Secretário Geral: Olívio Dutra (RS)

1.º Secretário: Paulo Delgado (MG)

2.º Secretário: Perseu Abramo (SP)

Tesoureiro Geral: Darci Accorci (GO)

1.º Tesoureiro: Geraldo Magela (DF)

2.º Tesoureiro: Marcelo Deda (SE)

1.º Vogal: Hélio Bicudo (SP)

2.º Vogal: Eduardo Suplicy (SP)

3.º Vogal: Wladimir Pomar (SP)

4.º Vogal: Athos Pereira (GO)

1.º Suplente: Perly Cipriano (ES)

2.º Suplente: Clóvis Ilgenfritz (RS)

3.º Suplente: Djalma de Souza Bom (SP)

4.º Suplente: Geraldo Pastana (PA)

5.º Suplente: Eurides Mescolotto (SC)

O modo como o PT gaúcho enfrentou o problema das mordomias parlamentares e o risco da autonomização dos mandatos constituintes e uma experiência valiosa para o partido a nível nacional.

Enfrentando os riscos da corrupção parlamentar

Suzana Pires



Centenas de petistas compareceram à posse dos parlamentares do partido

Com a instalação das novas bancadas parlamentares eleitas, o PT passa a enfrentar com uma intensidade nova uma série de desafios decorrentes de sua participação no parlamento. Duas questões decisivas estão colocadas: co-

mo o PT deve enfrentar as mordomias e privilégios dos parlamentares? Como fazer com que os mandatos sejam expressão da prática coletiva do partido e não se transformem em redutos de ação política e aparelhos individualizados e autonomizados?

A resposta do PT do Rio Grande do Sul a estas questões constitui uma valiosa experiência. Em primeiro lugar, todo o encaminhamento da instalação da bancada no parlamento foi acompanhado pela direção partidária. Os parlamentares estão submetidos à disciplina do partido e todas as decisões estão sendo tomadas em conjunto com a direção partidária.

O PT teve uma posição clara nos debates sobre a eleição da Mesa da Assembleia Legislativa e, desde o primeiro momento, estabeleceu a proposta de composição pluripartidária, não cedendo à arrogância do PMDB, que sozinho possui quase a maioria absoluta, ou ao terreno pantanoso de uma aliança de oposição com o PDT, PDS e PFL. A atitude do PT, divulgada à

opinião pública, comprometeu os partidos com uma composição pluripartidária proporcional. Este fato desdobrou-se em outro, de maior significado, que é a responsabilização também proporcional dos partidos em relação às várias diretorias da Assembleia Legislativa.

O PT destacou-se pelo combate ao abuso e aos privilégios, não aceitando participar da partilha do grande número de assessores a serviço dos partidos, do abuso da cessão de funcionários de outros órgãos públicos com salários duplicados. Estabeleceu ainda critérios para o preenchimento dos cargos existentes na assessoria dos partidos, de forma a não criar novos cargos a pretexto da sua entrada na Assembleia.

Para que todos os partidos representados na Assembleia Legislativa possuam uma equipe de assessoria, o PT propôs ainda o estabelecimento de um número mínimo de funcionários e, a partir deste patamar igual para todos, a proporcionalidade pelo número de deputados eleitos.

Democracia e concurso

A aceitação pelos partidos da proposta de administração proporcional possibilitou ao PT assumir a diretoria de Saúde, que presta serviços aos funcionários da Assembleia Legislativa. De forma inédita, o PT envolveu todos os funcionários desta diretoria na escolha de seus coordenadores por área, além do supervisor geral. O PT privilegiou assim o critério eletivo e a democracia em detrimento da prática usual da nomeação por identidade partidária.

Para a escolha dos assessores da bancada e dos funcionários da sede estadual, o PT adotou o critério do concurso interno. Mais de 120 companheiros apresentaram-se para suprir cerca de vinte funções. A Executiva Estadual escolheu os assessores a partir dos critérios de competência e de militância política no partido. Foram também estabelecidas pelo Diretório Regional faixas salariais que variam de um a três salários mínimos do Dieese.

Unidade da CUT ameaçada em São Paulo

As eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ocorrem em meados de julho. Resta pouco tempo para garantir a unidade, a democracia e uma política clara da CUT de enfrentamento aos pelegos e aliados.



Carlos Henrique Árabe

A Central Única dos Trabalhadores está frente a uma oportunidade histórica de dar um golpe fatal na estrutura sindical e nos velhos e novos pelegos e conciliadores que comandam, a partir da Rua do Carmo, em São Paulo, a mais relevante e rica (no sentido literal do termo) prestações de serviços à burguesia brasileira.

Até o momento, entretanto, a unidade dos militantes da CUT na categoria ainda é uma questão em aberto. E isso, apesar das declarações a favor de uma chapa unitária dos vários setores que a compõe. Apesar, também, da compreensão de todos da importância desta unidade para derrotar os sucessores de Joaquinção.

Uma história de velhas histórias

A possibilidade de derrota da política de conciliação no que é o principal sindicato do país está posta desde as eleições de 1981. Neste ano, e mais tarde, em 1984, a chapã de oposição disputou palmo a palmo os votos da categoria, ganhou nas fábricas e só perdeu no segundo escrutínio. Hoje, as condições de 81 e 84 permanecem, só que mais desenvolvidas: houve um crescimento da oposição, representando a CUT na categoria; a contradição entre a base combativa e a diretoria sindical traidora é maior; o percentual de sócios aposentados caiu relativamente ao aumento do número total de associados (cerca de dez mil aposentados em 110 mil sócios, segundo informações do sindicato).

Por outro lado, permanecem também as habilidades do velho pelego e de seu sucessor, o atual presidente, Luis Antônio. Habilidade para ser "combativo" no varejo das greves isoladas e conciliador no atacado das relações com a FIESP e o governo. Habilidade para usar a máquina sindical para o clientelismo, garantindo a fidelidade do voto dos aposentados. E uma habilidade especial e mais recente: compor com os setores moderados de "oposição" e acomodá-los na diretoria com gratificações que não chegam a arriscar o controle da máquina sindical.

Em 81, a vitória de Joaquim foi facilitada pela chapa encabeçada por Aurélio Peres, que participava da oposição até pouco antes da eleição. Em 84, o setor de Aurélio integra a chapa 1 junto com Joaquim e as demais correntes reformistas. Já neste ano, os acenos para compor uma mesma chapa vão além dos reformistas: Joaquim lança iscas dentro do campo da CUT, fala em chapa ampla e renovada, mas não tem sucesso nestas tentativas.

Hoje, com Joaquim nos bastidores, cada setor da diretoria se movimenta

para conseguir uma melhor posição dentro da futura chapa. Particularmente, os reformistas da diretoria (PCB, PC do B e PDT) acenam uma proposta de chapa sem "divisionistas" nem "imobilistas". Com essa política, buscam uma ponte com um setor que compõe a CUT.

Uma história mais ou menos nova

A estratégia de Joaquinção, ao incorporar correntes conciliadoras e amantes das tetas do sindicato, incorporou também conflitos pelo controle do aparelho. Afora isso, entretanto, o campo da diretoria manteve uma grande unidade política. As divergências nunca desceram até a base da categoria, nunca tiveram qualquer resultado prático. Houve divergências, por exemplo, na questão da filiação à CGT, mas a proposta vitoriosa, defendida pelo PDT, de não filiar o sindicato a qualquer Central, garantia a unidade da diretoria por dois motivos. Se centrava no ataque à CUT e aceitava que o Sindicato permanecesse o principal suporte da CGT e de sua política.

De um modo geral, entretanto, três motivos sólidos alicerçam a unidade



pelego-reformista. Primeiro, o receio de que sua desunificação abra espaços para um avanço maior da CUT. Segundo, os interesses comuns na manutenção do aparelho. E, terceiro, um motivo mais estratégico: todos combatem pela conciliação de classes, são contra a independência política e sindical dos trabalhadores.

Neste quadro, a proposta de composição feita pelos reformistas a um setor da CUT — "Alternativa Sindical" —, liderado por Lúcio Bellentani (coordenador da Comissão de Fábrica da FORD), tem um duplo sentido: de um lado, reforçarem-se na negociação de cargos com Joaquim e Luis Antônio, ameaçando com a formação de uma chapa diferente; de outro, jogar areia no campo da CUT impedindo sua unidade, ou tentando ganhar adeptos para a sua política, interlocutores que acreditam na sua "sinceridade" e traba-

lhem não para o avanço da CUT mas para uma aliança com os autores da proposta (PDT, PCB e PC do B).

A situação da CUT na categoria

Hoje, nos metalúrgicos de São Paulo, há dois setores no campo da CUT: o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica (MOSM-SP) e a Alternativa Sindical.

O MOSM — é a continuidade da oposição histórica das chapas que se formaram através dos anos. Representa o conjunto de iniciativas tomadas no movimento em defesa das posições da CUT. Em todos os fóruns de deliberação dos que se colocam ao lado da CUT na categoria, o MOSM-SP esteve a frente, garantindo sua realização e sendo reconhecido pela maioria como o instrumento que deve unificar a atuação dos cutistas e o esforço de construir uma alternativa a atual diretoria.

Partiram do MOSM-SP duas propostas básicas: Construir uma chapa única da CUT, sem a participação de qualquer setor da diretoria do Joaquinção; a organização de um processo de deliberação sobre a chapa unitária pelos militantes e ativistas identificados com a CUT na categoria, ou seja, um processo apoiado por todas instâncias da CUT que garanta a democracia e a representatividade real de todos setores na formação da chapa.

O Alternativa Sindical é um agrupamento de militantes da CUT que participaram da chapa de oposição em 84, se mantiveram — ainda que de forma pouco comprometida — no interior do Movimento de Oposição em 85, mas romperam a unidade da CUT na categoria no último ano. No rompimento, auto definiram-se como "parte da oposição ... que não se encontra satisfeita com os rumos que a diretoria do Sindicato vem dando para o movimento..." (Alternativa Sindical, nº 1, junho de 1986).

Aparte o tom moderado, diferenciado-se da postura tradicional da Oposição e da CUT, com que se referia a diretoria do Sindicato, o Alternativa Sindical não explicava para a categoria porque se pronunciava como "parte da oposição" e não através dela. Só recentemente, quando promoveu um ato de lançamento de sua proposta de chapa (na verdade um ato de lançamento de um candidato a presidente de chapa, Lúcio Bellentani), é que o Alternativa procura justificar a sua atitude e mesmo assim num texto de circulação para militantes. O documento argumenta que diferentes concepções sobre a CUT e a questão partidária levaram a que se separasse o Movimento de Oposição. Na verdade, justifica a posterioridade uma atitude que dividiu a CUT no mo-

vimento com a existência de divergências internas à CUT. Uma justificação sectária — e por isso mesmo impossível de ser aceita pelas bases da CUT na categoria — que se fosse levada as últimas consequências, se o "Alternativa Sindical" tivesse poder para isso, implicaria numa divisão do conjunto da CUT a nível nacional. Realmente, essa justificação, destrutiva para a CUT, encobre razões de outra ordem: uma busca de meios, fora da luta concreta e fora do trabalho unificado de construção da Oposição e da CUT na categoria, para mudar uma correlação de forças desfavorável ao Alternativa.

Decorrente disso, a postura da Alternativa frente as eleições mostra-se, no mínimo, ambígua: declara-se formalmente favorável a uma chapa da CUT mas recusa o compromisso com uma chapa única da CUT, de oposição, sem a participação de qualquer setor da atual diretoria.

CUT dividida até quando?

A demora em garantir a unidade cutista nos metalúrgicos de São Paulo favorece a atual diretoria. Ao invés de voltar-se para fora, para o trabalho nas fábricas e de enfrentamento aos patrões e aos pelegos, a militância cutista vem perdendo horas preciosas na luta interna. Esta é uma situação que não deve e não pode perdurar muito tempo. A campanha eleitoral, o trabalho complexo que ela envolve, numa categoria de mais de 300 mil metalúrgicos, não pode esperar mais.

A CUT Regional da Grande São Paulo posicionou-se por uma chapa única, de oposição e da CUT, em seu congresso. A Executiva Estadual da CUT-SP definiu como "urgente que a classe trabalhadora como um todo recupere o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que tem estado, nestes últimos 20 anos, nas mãos de quem serve apenas aos interesses da política dos patrões e do governo... Assim, na busca dessa unificação para que se chegue a uma **chapa única da CUT** ..." (Suplemento Informativo, CUT-SP, 30/01/87).

Também a nível da Executiva Nacional da CUT, apesar de não oficializar qualquer posição, vozes importantes vem se manifestando contrárias à composição com setores da diretoria e por uma chapa de oposição da CUT. Este é o caso do presidente, Jair Meneguelli, do secretário de política sindical, Delúbio Soares, e dos vice-presidentes das regiões sudeste, Martisalem Pontes, Sul, José Fortunatti, centro-oeste, Ana Lúcia e nordeste, José Novaes.

O tempo urge, e exige transformar em decisões coerentes este conjunto de posições.



LEIA E ASSINE



Quero assinar **Em Tempo!** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

- Apoio: Cz\$ 300,00
- Normal: Cz\$ 150,00

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Recorte o cupom e envie juntamente com um **cheque nominal** à Editora Aparte Ltda., Rua Francisco Leitão, nº 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo, SP.



Nas suas primeiras semanas de funcionamento, o grau de soberania do Congresso Constituinte esteve no centro das preocupações políticas do país. A esta questão estão ligadas várias outras como a duração do mandato do presidente Sarney e o poder das Forças Armadas. Dela depende também, em grande medida, a divisão ou não do PMDB e a estabilidade do governo.

A direita se articula

Sarney, logo na primeira semana de funcionamento do Congresso Constituinte, procurou deixar claro que a soberania dos constituintes levaria ao "caos político, num momento em que o governo enfrenta uma difícil conjuntura econômica". Nessa linha de raciocínio, para ele, a constituição de 1967 é intocável. Ou seja, Sarney e seus aliados mais próximos no governo não querem abrir mão do estado de sítio, das medidas de emergência, da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e do decreto-lei. No mesmo sentido, o ministro do exército, general Leônidas Pires Gonçalves veio a público declarar que o mandato do presidente "faz parte do atual arcabouço jurídico".

A dobradinha é visível. Sarney garante o poder aos militares, e os militares garantem o poder a Sarney. Aos constituintes, segundo estes senhores, estaria reservada apenas a tarefa de elaborar a futura constituição — ironia do destino — exclusivamente isto.

Constituinte versus Congresso

Seria de se perguntar o porquê dessa preocupação de Sarney na medida em que, do ponto de vista dos setores populares, tanto o Congresso Nacional quanto o Congresso Constituinte — ambos compostos pelos mesmos homens — são conservadores? Qual o interesse de Sarney em impedir que os constituintes possam modificar a constituição de 1967, quando os congressistas têm o direito de fazê-lo?

Ocorre simplesmente que o Congresso Constituinte poderia aprovar qualquer coisa com maioria simples de 50% mais um e o Congresso Nacional, para mudar a Constituição de 67, precisa de dois terços. No Congresso Constituinte, questões como a extinção do decurso de prazo, maiores restrições à remessa de lucros para o exterior, reforma tributária e extinção do decreto-lei seriam imediatamente aprovadas, a julgar pelas opiniões dos constituintes apuradas pela revista Veja. A sua aprovação no Congresso Nacional, entretanto, já não é tão simples. Exigiria uma composição difícil entre o centro e a esquerda, e portanto um rompimento do PMDB, ou pelo menos de uma maioria expressiva do partido, com a transição negociada e a "Nova República".

PMDB contra a soberania

O PMDB, seguindo seu cur-

Constituinte

Direita volver

Enquanto lutam nos bastidores pelo comando do país, Sarney e Ulisses Guimarães encontram um objetivo comum: restringir a soberania da Constituinte e se desvencilhar dela o mais rápido possível.

Paulo Cezar da Rosa

so de direitização crescente desde a ida ao Colégio eleitoral, acabou apoiando a tese da restrição da soberania da Constituinte. Para justificar o injustificável, o senador Fernando Henrique Cardoso, relator da proposta de regimento interno da Constituinte, foi à televisão dizendo que "para o PMDB, soberania é o povo", tanto que sua proposta "garantia que grupos de 30 mil eleitores pudessem fazer propostas à nova constituição". Na verdade, por motivos diferentes de Sarney, à direção do PMDB também não interessa possibilitar que o Constituinte possa mudar a Constituição de 67. Numa situação de caos na economia, não é descabido prever a possibilidade de uma pressão social forte o suficiente para polarizar mais da metade dos constituintes em favor de propostas do interesse das classes populares. Sem certeza de controlar sua bancada numa situação dessas, a direção do PMDB, que hoje compartilha o poder com o Partido José Sarney e governa 22 dos 23 estados, quer estabelecer garantias contra sua própria base social.

Jacobinos e Xiitas

De outro lado, refletindo seu drama de viver entre o conservadorismo na prática e seu programa de mudanças nas intenções, os setores do PMDB mais vinculados às aspirações das massas, gostariam de reeditar nos próximos meses uma campanha pelas Diretas Já. Apoiados nas massas, os liberais e os progressistas poderiam deixar claro a Sarney e aos militares quem manda e a quem cabe os papéis coadjuvantes no poder. A julgar entretanto pelos primeiros passos dados, se essa hipótese não pode ser descartada completamente, ela parece não ser provável. Os parlamentares do próprio PMDB que manifestaram a vontade de que a Constituinte fosse soberana frente ao executivo já recuaram completamente, tendo recebido a qualificação de "ja-

cobinos" (*) e a pecha de xiitas, antes reservada apenas para os setores de esquerda no PT e no movimento operário.

E tanto não parece provável que outras duas "medidas", de iniciativa dos cardais do PMDB, levam a crer que os defensores da Constituinte livre, soberana e democrática de ontem desejam hoje se desvencilhar dela o mais rápido possível. Na intenção dos dirigentes peemedebistas, certamente apoiada pelo PJS e pelos militares, a Constituinte não terá poderes sequer de adotar resoluções transitórias e deverá concluir seus trabalhos até setembro.

Nesse quadro, repressadas as possibilidades de canalização institucional dos anseios democráticos, que pode ocorrer, isso sim, é que uma mobilização, puxada de fora dos esquemas tradicionais da política, a partir do movimento operário e das forças populares, venha a estragar a festa "democrática" da burguesia. Para desencadear esse processo em tempo hábil, as iniciativas políticas que o PT venha a adotar dentro e fora da Constituinte certamente terão enorme importância. De todos os setores representados no Congresso Constituinte, o Partido dos Trabalhadores é o único que nunca estabeleceu qualquer compromisso com a transição negociada.

De qualquer forma, parece claro que o decisivo neste momento é a presença — ou a ausência — das massas na cena política. Elas serão as únicas capazes de evitar que as decisões políticas do presente e a constituição do futuro estejam fadadas ao conservadorismo.

(*) Os jacobinos constituíram o setor democrático-radical da revolução burguesa na França em 1789. Em defesa da revolução, feita sob o lema da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, os jacobinos não hesitaram em guilhotinar tantos quantos se opuseram a seus objetivos. Representantes da pequena burguesia, os jacobinos, historicamente, podem ser considerados o setor mais consequente da revolução francesa. Certamente esse não é o caso de muitos liberais do PMDB hoje classificados como tal.

Os trabalhadores e a constituinte

Entre a simples denúncia do conservador da Constituinte e a idéia de dar-lhe todo apoio, o movimento operário precisa encontrar um caminho que o recoloca na ofensiva.

O quê o movimento operário e popular pode esperar da Constituinte? Como a vanguarda do movimento de massas deve se postar frente ao Congresso Constituinte? Devemos defender "todo o poder à Constituinte" frente ao governo Sarney que, por não ter sido eleito, é menos legítimo, como vem fazendo a Convergência Socialista? Ou o correto é simplesmente denunciar tanto o governo quanto a Constituinte e o Congresso como conservadores e reacionários, poderes de onde só poderão sair decisões favoráveis aos patrões, e concluir que a luta política no Palácio do Planalto não interessa aos trabalhadores, como vem fazendo alguns setores do movimento sindical?

A perplexidade do movimento operário até o momento frente a estas questões parece deixar claro que elas ainda não foram resolvidas. A rapidez com que a crise econômica se desenvolve vem sendo similar a rapidez com que a burguesia toma iniciativas no campo institucional e político. Resolver este problema é condição para que o movimento operário retome uma presença na cena política.

A hegemonia burguesa

A composição do Congresso Constituinte é efetivamente conservadora. A direita e a ultra-direita somam cerca de 122 constituintes. A esquerda pode contar, e não em todas questões, com cerca de 25. Os demais conservadores, liberais, liberais progressistas —, defensores, com nuances diferenciadas, da política de transição por cima, somam mais ou menos 412 constituintes. Nesse quadro, as possibilidades do bloco à esquerda vir a incluir na futura Constituição reivindicações essenciais para os trabalhadores são praticamente nulas. A votação, puxada pelo PT e pelo PCB, em torno da validade dos mandatos dos senadores eleitos em 82 para a Constituinte é significativa desta tendência. O poder constituinte dos senadores de 82 foi aprovado por 394 votos a favor e 126 contra. Só pelo resultado dessa votação já é possível prever que mesmo as reivindicações democrático-radi- cais estão desde já descartadas.

Nesta situação, defender todo o poder à Constituinte só poderá ter um significado: o de fortalecer

nas massas a ilusão numa democracia autoritária, o de apoiar, objetivamente, a estratégia de transição à democracia moldado e controlado pela burguesia.

Ganhar os desorientados

O contrário, ou seja, considerar a Constituinte simplesmente como mais um órgão patronal, entretanto, também não é correto. É certo que as massas no Brasil não tem uma relação clássica de confiança no parlamento. Este tipo de confiança se esboçou até 15 de novembro, mas foi varrida novamente do espírito das massas com o descongelamento. É certo também, por outro lado, que após as últimas medidas econômicas, se estabeleceu um enorme descompasso entre o plano institucional controlado pelo PMDB e aliados e o plano social e econômico de crise que beira o descontrole geral.

É inegável, entretanto, que a maioria, incluídas aí largas parcelas de trabalhadores, ainda vê a burgue-

Partidos na Constituinte

Partidos	Deputados	Senadores	Total	%
PMDB	260	46	306	54,7
PFL	116	15	131	23,4
PDS	32	5	37	6,6
PDT	24	2	26	4,6
PTB	17	1	18	3,2
PT	16	—	16	3,0
PL	6	1	7	1,2
PCdoB	6	—	6	1,0
PDC	5	1	6	1,0
PCB	3	—	3	0,5
PSB	1	1	2	0,3
PSC	1	—	1	0,2
Total	487	72	569	100,0

Obs: Na sigla do PCdoB estão computados três parlamentares que se elegeram pelo PMDB.

sia e principalmente o PMDB como a única alternativa de poder viável ao que foi a ditadura militar. Uma política de simples denúncia da Constituinte como



Extraído da revista Senhor/306.

conservadora e patronal, ao invés de tirar parcelas de trabalhadores da área de influência do PMDB num momento em que ele se direitiza de forma crescente, tende a fortalecer nelas a idéia de que os liberais são os únicos interessados na garantia de suas reivindicações. Sem que o movimento operário e popular entre em luta pelas reivindicações mais amplas das massas, e não permaneça apenas na denúncia, os liberais sempre poderão dizer que se não fizeram mais foi porque a correlação de forças frente aos militares e a ultra-direita não permitiu. E isso quando do que se trata é do PT e da esquerda demonstrarem que se não fizeram mais é porque a correlação de forças foi desfavorável frente a direita, e os liberais de vários matizes preferiram se juntar a reação.

O tempo urge, exige a resolução destes problemas no interior do movimento operário. Tendo acreditado na Nova República e no Plano Cruzado I, amplos setores das massas hoje se sentem traídos e desorientados. O desenvolvimento de uma tática deste tipo é o que poderá atrair estes setores para o campo de uma política revolucionária capaz de abrir novos horizontes no panorama da luta de classes no país.

Tendências na Constituinte

	Const.	%
Direita e ultradireita (reacionários)	122	21,8
Centro-direita (conservadores)	99	17,7
Centro (liberais)	266	47,5
Centro-esquerda (liberais-progressista)	47	8,5
Esquerda	25	4,5

A força do bloco conservador

O PMDB tomou a iniciativa de centralizar a sua bancada, tornando mais restritas as possibilidades de alianças do pólo de contestação à "Nova República".

A correlação de forças no interior do Congresso Constituinte é desfavorável para as forças populares. Mais até do que se poderia prever antes das eleições e até o início dos trabalhos dos parlamentares. Mesmo os liberais progressistas, que ensaiaram uma posição autônoma no interior do PMDB defendendo a soberania da Constituinte e o fechamento do Congresso Nacional já recusaram completamente. Ao aceitar a posição do governo e da maioria do partido, Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos principais articuladores do grupo "pró-soberania" em seu partido declarou estarem "mostrando ao presidente Sarney que não precisa temer uma união nossa com o PDT, PCdoB e PT para discutir o seu mandato". A guisa de autocritica do seu "jacobinismo", fez questão ainda de afirmar que o grupo "não quer transformar a Constituinte numa Convenção francesa".

A força do adesismo

As dificuldades não param aí. Mesmo somados, os grupos que se dispõem a

Com a centralização dos liberais progressistas às posições da direção do PMDB, as possibilidades de montar no interior da Constituinte um bloco progressista ou um campo à esquerda expressivo diminuem mais ainda. No interior do PT, vários deputados federais eram favoráveis a idéia. A média das opiniões no partido era representada por Lula. O líder do PT na Câmara se dizia um pouco cético com relação a formação de um bloco "porque cada deputado está subordinado a um partido e, mesmo contrariado, vota as posições do partido. Para Lula, o PT vai investir na idéia mas "a única coisa que possibilitará essa união é a pressão popular".

uma articulação pela esquerda não têm como constituir uma maioria na Constituinte. E possuem, entre si, demasiadas divergências. Não há coesão, por exemplo, a respeito da liberdade e autonomia sindical. Somente os deputados do PT e alguns poucos gatos pingados defendem a Convenção 87 a OIT. Não há coesão sobre o tratamento a ser dado à dívida externa, tema essencial a ser tratado nos próximos meses. As propostas vão desde a suspensão do pagamento dos juros e serviços da dívida, a rigor a mesma posição que o governo acaba de adotar, até a moratória unilateral por tempo indeterminado ou o simples e correto não pagamento da dívida externa.

Por outro lado, os pontos de unidade nesse campo já estão quase todos ultrapassados, porque derrotados nas votações. Havia unidade em torno da proposta de um Congresso Constituinte unicameral e suspensão dos trabalhos

do Congresso Nacional durante os trabalhos da Constituinte. Havia também unidade quanto a não dar direito de voto na Constituinte aos senadores eleitos em 82 e com relação a redução do mandato do presidente Sarney. Há ainda um ponto de unidade a ser trabalhado que diz respeito a limitação do papel das Forças Armadas e as reivindicações consensuais no movimento sindical como a jornada de 40 horas semanais, direito irrestrito de greve e outros.

Ao que tudo indica, como previa o presidente do PT, além da essencialidade da pressão popular, o trabalho conjunto no interior do Congresso Constituinte só se dará em torno de tópicos concretos e específicos. Principalmente agora que os liberais progressistas do PMDB, depois de um breve período de jacobinismo adocicado, demonstraram sua verdadeira vocação adesista, aderindo de malas e bagagens ao bloco conservador.

A revolta dos jovens chineses

Na China, a revolta contra a burocracia e seus privilégios chegou aos campus estudantis. É o maior movimento de contestação desde a derrota do chamado Movimento democrático em 1981.

Após o vasto movimento dos estudantes franceses no mês de novembro, é sobre os campus das universidades chinesas que sopra neste início de ano o vento inesperado da contestação estudantil.

No espaço de quinze dias, várias manifestações ocorreram, primeiramente em Shangai e depois em uma dezena de cidades. No dia 1.º de janeiro, teve lugar em Pequim a maior manifestação que a capital conheceu desde a grande concentração pela democratização do regime em 1979. Os estudantes, apoiados (especialmente em Shangai) por amplas franjas da população, desfilarão com palavras-de-ordem tais como "Queremos a democracia", "Contra a burocratização", "Contra os privilégios", "Liberdade de expressão e de imprensa", "Viva as reformas" ... e, às vezes, cantando a Internacional.

Desde que a nova equipe dirigente, reunida em torno de Deng Xiaoping, assumiu o poder nos fim dos anos setenta e deu início às reformas econômicas, os estudantes vêm tentando, de forma regular e em amplitude crescente, se exprimir no cenário político chinês. Assistimos assim ao movimento mais importante desde o esmagamento no fim de 1981 do movimento democrático.

No próprio interior do país, as reivindicações dos estudantes encontram um eco profundo nos ressentimentos de uma população que sofre há dois anos os efeitos desastrosos de reformas não coordenadas e iniciadas de forma precipitada.

A imprensa monolítica "oficial" procura marginalizar os estudantes, abrindo entre eles os tradicionais "provocadores", conjecturando

sobre "manipulações externas" e tratando-os até como se fossem o inimigo número um. Os jornais oficiais exigem o retorno à normalidade e reafirmam o primado da direção do Partido.

A amplitude da contestação é, no entanto, conhecida e sabe-se que em Shangai, por exemplo, a população se manifestou junto com os estudantes. As reivindicações parecem incidir até o momento em um plano bem geral, centradas exclusivamente sobre as exigências democráticas. Os estudantes não elaboraram ainda uma formulação política tão amadurecida como aquela exprimida pelos dazibaos e pelos jornais não oficiais do movimento democrático um pouco

antes da ofensiva deslançada contra eles pelas autoridades em 1981.

Os estudantes na dianteira

No Ocidente, alguns se interrogaram sobre o caráter espontâneo do movimento, indagando se eles não ocultam manobras de interesse da parte de frações do aparelho dirigente do partido. Efetivamente, não seria a primeira vez que o descontentamento da juventude seria utilizado para fins táticos: a juventude escolarizada constituiu a maior parte dos guardas vermelhos quando da eclosão da Revolução Cultural nos anos 1966-1967.

Enfatizemos, entre-



O movimento dos jovens pode recontrar as tradições dos dazibaos do Movimento democrático.

tanto, a diferença com o movimento democrático que se firmou no fim dos anos setenta, iniciativa na qual se encontravam jovens operários, antigos guardas vermelhos, dispondo de uma sólida experiência política. Os estudantes não se juntaram ao movimento senão em 1980, após o início da repressão, mas também após o início das reformas econômicas e o processo do Bando dos Quatro.

Hoje, são eles que estão na origem do movimento, e para grande surpresa dos observado-

res ocidentais, evidencia-se que os estudantes chineses não se enquadram na caricatura de jovens sedentos pelas quinquilharias consumistas do Ocidente.

Os intercâmbios com os estudantes chineses, que viajam ao Ocidente, permitem também uma circulação de idéias que estava ausente, de forma marcante, na experiência do movimento democrático. O desenvolvimento da solidariedade com o combate dos estudantes chineses é particularmente importante. (Clemente Romaric)

uma reforma não traz a primavera

Há vários anos, a equipe dirigente conduzida por Deng Xiaoping engajou-se em um plano de reformas que dá as costas a trinta anos de maoísmo. Os capitalistas ocidentais as aplaudem. Para os operários e camponeses, a história é outra.

Asituação da China quando da morte de Mao caracterizou-se por um verdadeiro trauma generalizado, a nível econômico, social e psicológico. E neste contexto, em que desbloquear a situação é tornada uma necessidade vital, é necessário situar as opções políticas da nova equipe dirigente reunida em torno de Deng Xiaoping e o lança-

mento, a partir de 1978, do conjunto de reformas "liberalizantes" que daria as costas a quase trinta anos de direção maoísta.

A nova direção procurou em um primeiro momento reconquistar a confiança de uma população rural profundamente penalizada na sua vida cotidiana por anos de política coletivista autoritária e irracional.

Assim, a colocação em

prática das reformas no campo em 1978 se organizaram em torno de dois eixos diretores: de um lado, a especialização das regiões e, de outro, a descoletivização e um retorno à exploração familiar. Através do novo sistema de "responsabilidade", uma ligação direta se estabeleceu entre a produção e a remuneração. Comuas voltaram a ser simples divisões econômicas e sua

autoridade administrativa foi relegada ao nível do cantão. Os camponeses autonomizados foram, então, encorajados a construir associações econômicas e a se ocuparem, eles próprios, da comercialização e do transporte de sua produção. As suas cotas obrigatórias entregues ao Estado foram progressivamente diminuídas até a sua supressão em 1985. Em 1982, o Estado abandonou seu monopólio sobre os cereais (que ele detinha desde 1949), em 1984 sobre o algodão e, finalmente, em 1985 sobre todos os produtos agrícolas. Demolição das antigas muretas de separação das comunas populares, diversificação da produção e florescimento de mercados livres começaram a modificar a paisagem das regiões geograficamente mais ricas de recursos.

Embora enormes problemas tenham permanecido, como a fragilidade da rede de transporte inter-regionais, o aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e

patamar bastante baixo de mecanização da agricultura, os primeiros resultados encorajaram a direção a realizar as reformas nos centros urbanos seguindo os mesmos eixos gerais.

Reforma nas cidades

Nas cidades, a descentralização dos poderes se traduziu em uma maior autonomia concedida às empresas, exatamente com a mesma finalidade de fazer crescer a produtividade e a diversificação dos produtos. As empresas permaneceram propriedade estatal, mas os seus gerentes tiveram carta branca em matéria de gestão (planificação, compra de matérias-primas, comercialização de produtos). Em 1980, 6.600 empresas tinham já sido autonomizadas. Em 1984, a reversão integral dos lucros ao Estado (a quem cabia cobrir os déficits) foi substituída por um imposto sobre estes lucros. A intenção era de reduzir progressivamente o planejamento imperativo (salvo para alguns produtos-chaves) e de deixar o máximo de margem de manobra para os mecanismos de mercado. Em 1979, as empresas estrangeiras puderam começar a investir em sociedades de capital misto. Ao mesmo tempo, várias "zonas econômicas especiais" (ZES) foram abertas ao longo da costa. Nestas zonas francas, as sociedades poderiam ser cem por cento estrangeiras e serem beneficiadas por medidas de exceção em matéria de direitos alfandegários e de fiscalização. Este movimento conduziu em 1984 à abertura de quatorze unidades costeiras (entre as quais Shangai e Pequim) onde os investidores estrangeiros gozavam dos mesmos benefícios que nas ZES.

O aspecto das cidades, do sul inicialmente, depois do norte, se coloriu de mercados livres em plena expansão. Encorajados pelas autoridades, um pequeno setor privado se formou, constituído de credores locais de pequenas sociedades aí onde os investidores estrangeiros se implantaram especialmente no setor de serviços (restaurantes etc...).



É o regime e seus privilégios que os estudantes contestam ao queimar o jornal *Quotidiano do povo*.

Efeitos Negativos

O primeiro efeito negativo da reforma no campo foi a elevação dos preços dos produtos agrícolas, obrigando o Estado a se onerar com uma enorme massa de subvenções orçamentárias destinadas aos investimentos industriais. A descoletivização gerou igualmente problemas de outra ordem: em um país como a China, submetido a calamidades naturais, o abandono da responsabilidade pelas obras através da coletivização, na ausência de outra estrutura que a substituisse, causou em certas regiões desastres (rupturas de diques etc.).

A ampliação das quotas individuais, incrementando o fracionamento das terras, não constituiu um fator susceptível de estimular a mecanização dos campos. As diferenciações sociais (a diversidade e a extensão geográfica do país, dos arrozais tropicais até os confins desérticos) que existiram sempre não deixaram de se agravar depois da realização das reformas. A lógica destas últimas gerou igualmente uma vaga de êxodo rural para os centros urbanos não preparados para recebê-lo.

Nos setores urbanos, as reformas engendraram uma sequência de situações muito inquietante. Sob pretexto de freiar um igualitarismo forçado, as autoridades encorajaram regularmente as empresas a travar uma concorrência cega. A autonomização das gestões das empresas conduziu a muito freqüentemente à dissimulação dos lucros. De outro lado, muitos exemplos mostram que as unidades autonomizadas fazem muito pouco caso nos

seus planos das necessidades sociais e da oferta e da demanda.

Demissões e arrocho

Já a partir de 1981, o clima social se deteriorou: desemprego de jovens, delinquência, corrupção, evasão fiscal, contrabando e inflação. É aos milhares que se contam os golpes de fraude fiscal. Um grande número de sociedades falsas não paravam de ser criadas, sem sede social, sem capital, pior, sem mercadorias. Mais além da pequena delinquência contra a qual as autoridades lançaram uma ignóbil campanha de repressão (prisões e execuções sumárias, fazendo vários milhares de vítimas), os quadros do Partido são evidentemente os primeiros criminosos econômicos, os maiores agentes de fraudes e de dilapidação dos fundos públicos.

Mais significativa é, talvez, o questionamento das conquistas da classe operária. Numerosos casos de demissões, efetuadas com o assentimento das autoridades locais, foram registrados. Os motivos? Os operários recusaram o aumento do ritmo, consequência das novas normas de produtividade impostas pelos gerentes chineses ou estrangeiros. De outro lado, sem gerar um aumento marcante dos salários, as reformas fizeram crescer a diferenciação entre eles.

O comércio exterior não escapou à descentralização e setores cada vez mais amplos foram abandonados a corporações que não dependem dos ministérios. Enormes problemas surgiram, enquanto o crescimento nos últimos anos do protecionismo no Ocidente

diminuiu de forma importante os mercados de exportação chineses (fundamentalmente da indústria têxtil).

Os ZES, que deveriam originalmente atrair as tecnologias de ponta e permitir à China vender seus produtos em divisas estrangeiras, acabaram por atrair sobretudo a especulação imobiliária e se tornaram sorvedouros de divisas. A ilha de Hainan, por exemplo, que se propunha a concorrer com Taiwan, absorveu somas enormes revendendo em toda a China um estoque de carros es-

versas "alavancas econômicas" (taxas, controle de preços e dos salários). Desde 1984-1985, foi colocado um freio mais sério à ampliação dos excessos (as primeiras falências de empresas haviam sido recenseadas no ano anterior) para dar tempo à assimilação das medidas liberais.

Assim, se o realismo prático da nova direção respondeu a uma necessidade profunda, é claro que ela engendrou quase dez anos após uma dinâmica difícil de controlar. Qualquer que seja o grau de apoio de cima concedido às primeiras manifestações de dezembro de 1986 por certos quadros de oposição às reformas de Deng, permanece o fato de que o descontentamento estudantil encontra um eco na população, que em sua grande maioria não se beneficiou das reformas, e está de assistir ao contrabando aberto, para serviços inteiros, de funcionários e de militares, enquanto seu poder de compra foi reduzido dramaticamen-

Futuro Incerto

É bem difícil examinar os cenários do prosseguimento das reformas. As mudanças no interior do Partido não eliminaram as clivagens entre reformistas e partidários do reajustamento, que a abertura das zonas francas aprofundaram. Além disso, um setor essencial foi negligenciado em todo o processo de transformação: a reforma de todo o sistema de formação e de ensino (os professores estão entre os mais deserdados pelo regime e é provável que muitos deles tenham apoiado as recentes mobilizações estudantis). Sem ela, a introdução de tecnologias novas não teria sentido e a China continuará dependendo da importação de tecnologias ocidentais, cada vez mais difíceis em função do déficit da balança comercial. Sobre todos esses pontos de incerteza, se acrescenta o do crescimento da natalidade que as medidas excepcionais adotadas (imposto



Sob pretexto de lutar contra "o igualitarismo", as autoridades encorajam a concorrência selvagem entre as empresas.

trangeiros, colocando em dificuldade as pequenas empresas nacionais.

Movimento de Reajuste

Desde 1983, diante do recrudescimento de todas as consequências da reforma, as autoridades iniciaram um movimento de reajustamento, tendo como instrumento a depuração e o apelo à ordem dos membros do Partido, acionando di-

te nestes dois últimos anos.

As manifestações de Shangai de 21 de dezembro, reunindo de 50 a 70 mil pessoas, comprovam o apoio da população às reivindicações estudantis. Se é provável que os dirigentes sufocarão um movimento que ameaça o controle social, é pouco provável que eles venham a redirecionar a rota econômica a curto prazo.

sobre o terceiro filho, prêmio ao filho único...) não conseguiram conter de forma significativa.

Apesar destas incertezas, nossa atenção deve se debruçar sobre as transformações da sociedade chinesa, último grande mercado, enquanto que os outros países do terceiro mundo arruinam-se no superendividamento, o qual poderia representar uma porta de saída para o capitalismo em crise.

Planejamento familiar em debate

Governo quer impor controle da natalidade

Confrontada com a pressão do movimento de mulheres, a "Nova República" ensaia respostas ambíguas e limitadas às reivindicações de livre contracepção

Tatau Godinho

Nos últimos meses o governo voltou à tona com a discussão da necessidade de se implementar uma política de controle da natalidade no Brasil. Como ponto de pauta de uma comissão interministerial do Conselho de Desenvolvimento Social, a questão mobilizou diferentes setores ligados ao governo, e mais uma vez deixava transparecer as contradições do discurso oficial do "planejamento familiar".

Um projeto antigo

Com avanços e recuos, esta discussão tem estado na mesa do governo desde meados da década de 1970. Mas só em 1983 o governo Figueiredo, pressionado pelas negociações com o FMI e setores das Forças Armadas, começou a definir uma política mais agressiva. É nesse período que nasce o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Como resultado de pressões de organizações de mulheres, dos trabalhadores de saúde e, dentro do próprio governo das mulheres do PMDB, o plano evoluiu, propondo-se como um programa global, com um discurso avançado de atendimento de saúde. E o primeiro grande empecilho encontrado é a precariedade da rede pública e a escassez de verbas para adaptá-la às exigências que tal atendimento pressupõe.

Saúde sem verba

Foi por acenar com a possibilidade de refazer o programa de controle que correspondesse mais concretamente à preocupação do governo que a reação a essa nova iniciativa não partiu apenas do movimento de mulheres, movimento popular e sindical, mas também de setores do próprio governo. E os ministros imediatamente voltaram atrás, reafirmando a intenção não de instituir um novo plano de planejamento familiar, mas apenas imple-

mentar o Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Uma vez baixada a poeira, tudo voltou ao que era antes. O próprio ministro da Saúde, Roberto Santos, é quem afirma que a ampliação do programa é uma questão complexa, uma vez que exige a valorização da rede básica de saúde, dotando-a de recursos materiais e humanos, o que vem sendo feito em escala reduzida. Mesmo assim, o Ministro da Previdência Social afirma que o programa estará implantado em 470 postos do Inamps até julho. Para esse atendimento, que atinge cerca de 60% das mulheres do país em idade fértil (15 a 49 anos), o programa contará apenas com os recursos do próprio Inamps, segundo seu presidente Hésio Cordeiro.



Além de uma cartilha, cuja tiragem inicial deverá ser de 3 milhões de exemplares, os postos de saúde deverão, de acordo com o ministro de Previdência, Raphael Magalhães, dar prioridade aos métodos chamados naturais (tabelinha e Billings), que são os únicos aceitos pela Igreja, mas oferecerão outros métodos como pílula, camisinha, geléia espermicida e diafragma. O DIU (dispositivo intrauterino) não faz parte da lista dos contraceptivos a serem distribuídos, ainda segundo o ministro, pois não há posição oficial sobre a viabilidade ou não de ser oferecido pela rede pública, uma vez que exige acompanhamento médico contínuo.

A taxa de crescimento populacional no Brasil vem decaindo nas últimas décadas, passando de 3,0% ao ano na década de 1950 para 2,5% nos anos setenta e aproximando-se de 2% atualmente. Há uma demanda crescente por parte das mulheres de acesso a métodos contraceptivos. O acesso à contracepção é um direito democrático dos indivíduos e uma necessidade absoluta para as mulheres poderem exercer sua sexualidade plena e conscientemente. E é uma das primeiras reivindicações das mulheres e do movimento feminista em todo o mundo. O problema não se coloca, portanto, no nível de se reivindicar que o estado não tenha uma política definida que atenda a essa necessidade. É obrigação do estado fornecer, através da rede pública de saúde, um atendimento que esclareça, dê acesso e acompanhamento ao uso de métodos anticoncepcionais. As reivindicações e as críticas à atuação do governo se colocam em outro patamar. Trata-se de denunciar o que está por trás do discurso oficial do governo, as incoerências do programa e o seu sustento em uma visão manipulatória das mulheres.

Controle e redução de gastos

O movimento de mulheres, entidades do movimento sindical e popular (e até mesmo setores do governo, como os Conselhos da Condição Feminina) negam, em primeiro lugar que o controle da natalidade seja solução para a desigualdade social do país. A partir daí, são colocadas as reivindicações de garantia de condições sociais para a reprodução. Ou seja, a opção não pode significar apenas a escolha de um método, mas sim a opção de ter ou não ter filhos. Isso significa o desenvolvimento da rede pública de serviços sociais que atendam às necessidades das crianças e dos pais, compreendendo a educação das crianças como responsabilidade da sociedade e não da



família. Em um país em que um terço das famílias vive em condições de miséria absoluta, recebendo uma renda inferior a um salário mínimo, onde cerca de 12 milhões de crianças com até sete anos estão em estado de desnutrição e nove milhões em idade escolar não têm escolas, onde as creches não correspondem a 5% da demanda, o governo falar em planejamento familiar abordando apenas o aspecto da contracepção é uma forma de procurar diminuir os gastos sociais. O exemplo mais claro disto nos é apresentado por Fabíola N. de Aguiar, responsável pelo Plano Integral de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, ao declarar que "enquanto a taxa de natalidade do país está decrescendo, cresce a taxa de mortalidade infantil desde 1984".



Uma abordagem feminista

A negação da posição do governo, centrando a crítica apenas na argumentação de que é uma política de acabar com a pobreza acabando com os pobres, pode levar a posições complicadas.

A opção pelo número de filhos está relacionada fundamentalmente ao nível de desenvolvimento da sociedade e, em especial, ao papel das mulheres. O acesso à profissionalização, à cultura, à participação social e política, à cons-

ciência das limitações pessoais do papel tradicional de mãe, esposa e dona-de-casa, levam as mulheres a reduzir naturalmente a procriação. Trata-se, portanto, de se opor a uma política patriarcal e machista, que vê as mulheres apenas como reprodutoras de mais ou menos filhos de acordo com os interesses do estado — a defesa de um direito pleno à sexualidade, ao prazer, independente da reprodução. Opor a uma política anti-natalista do governo, uma atitude natalista, é trabalhar com o verso de uma mesma moeda. Esse tem sido o discurso reacionário de defesa da família patriarcal e da maternidade como o único reconhecimento social das mulheres. A debilidade da discussão política do ponto de vista feminista no movimento de mulheres, hoje, tem levado alguns setores a se posicionarem de forma não claramente natalista, mas sem dúvida ambígua.

Por fim, salta aos olhos a contradição que é pretender implementar um plano de saúde integral da mulher sem tratar da questão do aborto. Segundo dados do Banco Mundial, cerca de 5 milhões de abortos são feitos anualmente no Brasil. Nas piores condições de higiene, feito de forma clandestina, pagando preços extorsivos em clínicas particulares, o aborto é o último recurso das mulheres no caso de uma gravidez não desejada, e é um direito das mulheres que seja legal e realizado pela rede pública. A luta pela legalização do aborto é um elemento central na nossa luta pelo reconhecimento do direito das mulheres decidirem sobre sua vida, seu corpo, de optarem ou não conscientemente pela maternidade. Elemento completamente ausente dos programas oficiais, não pode deixar de ser um dos aspectos centrais de nosso combate à política manipulatória e demagógica do governo.